

Valdirene Chitolina
Vanessa Chitolina

XAXIM

histórias e memórias

**EDITORA
UNOESC**

Foto: Rudimar Galvan

Proposta executada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), com recursos do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc.



Círculo
Catarinense
de Cultura
FNA/SC 2024



Fundação
Catarinense
de cultura



GOVERNO DE
SANTA
CATARINA

MINISTÉRIO DA
CULTURA



© 2025 Editora Unoesc

Direitos desta edição reservados à Editora Unoesc

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a permissão expressa da editora.

Fone: (49) 3551-2065 - www.unoesc.edu.br/editora - editora@unoesc.edu.br

Editora Unoesc

Coordenação
Tiago de Matia

Agente administrativa: Simone Dal Moro
Revisão metodológica: Donovan Filipe Massarollo
Capa: Simone Dal Moro
Diagramação: Simone Dal Moro
Foto da capa: Rudimar Galvan

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C543x	Chitolina, Valdirene. Xaxim: histórias e memórias / Valdirene Chitolina, Vanessa Chitolina. – Joaçaba, SC : Editora Unoesc, 2025. 106 p. : il. ; 23 cm ISBN: 978-85-8422-258-2 Bibliografia: p. 99-106 1. Xaxim (SC) - História. 2. Cidades e vilas - História. I. Chitolina, Vanessa. II. Título.
CDD 981.64	

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca da Unoesc de Joaçaba

Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc

Reitor
Ricardo Antonio De Marco

Vice-reitores de Campi
Campus de Chapecó
Carlos Eduardo Carvalho
Campus de São Miguel do Oeste
Vitor Carlos D'Agostini
Campus de Videira
Carla Fabiana Cazella
Campus de Xanxerê
Genesio Téó

Pró-reitora de Ensino
Jaciney Aparecida Danielli

Pró-reitor de Pesquisa, Pós-
Graduação, Extensão e Inovação
Kurt Schneider

Diretor Executivo
Jarlei Sartori

Conselho Editorial

Kurt Schneider
Tiago de Matia
Aline Pertile Remor
Marcos Cordeiro Freitas
Juliano Spuldaro
Ieda Margarete Oro
Robison Tramontina

Thais Janaina Wenczenovicz
Simone Silveira
Maurício Vicente Alves
Rodrigo Geremias
Marconi Januário
Marilda Pasqual Schneider
Camila Rostirola

Proposta executada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), com recursos do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc.

XAXIM

histórias e memórias

Proposta executada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por meio da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), com recursos do Governo Federal e da Política Nacional Aldir Blanc.



Circuito
Catarinense
de Cultura
PNAI/FSC 2024



Fundação
Catarinense
de **c**ultura



GOVERNO DE
SANTA
CATARINA

MINISTÉRIO DA
CULTURA



Dedico este livro ao meu amado aluno Murilo Michelin. Aos 90 anos, ainda lembrarei do seu abraço apertado e da voz estridente dizendo: “Bom dia, vida!”. Em seu nome, dedico também à Lauren Sanssanovicz Silveira, ao Tiago Ferro Silva Berto, Leonardo Scarsi, Lory Sophia Freitas Farias — quatro amores desafiadores que marcaram a minha trajetória na docência.

AGRADECIMENTOS

Graças à ajuda de muitas pessoas estimadas, este material foi constituído.

A Andressa Belottie do Nascimento Barella, minha querida ex-aluna, dos tempos da “Escola da Mônica”, em 2021, jornalista da Vang FM – obrigada pelo convite para participar do programa “Vang Notícias”. Sua ação motivou a elaboração deste livro.

A Iunes Ferraz e Leonardo Martins, meus amigos admiráveis, que reescreveram informações contidas nos mapas e imagens, facilitando a leitura.

A André Tomas, Charnel Noel e Marie Rosenie Annacacis, pelas entrevistas extraordinárias.

Ao Grupo de Professores Pesquisadores (GPP) de Xaxim, do qual sinto orgulho em fazer parte.

A Luiz Paulo Monteiro, Marluci Belusso, Marcelo Adriam de Souza, Pedro Ignácio Schmitz, Paulo Roberto da Silva, Othon Tavares, Silvia Katia Koloske e Vanessa Chitolina – pelas leituras prévias.

A Araceli Godinho – gratidão pela correção ortográfica, desde sempre.

A Ana Paula Fuzinatto, Leandromar Brandalise e Nilvo Debastiani, pelos socorros sempre atendidos com sorrisos.

A Vanessa Chitolina, pela brilhante narrativa sobre a imigração haitiana em Xaxim. Você salvou a obra! E a Beatriz Chitolina, vulgo “Bibiani Banani” – obrigada por retratar alguns lugares contemplados neste material, além das boas risadas, é claro. Está, simplesmente, impossível lidar com minha Sony 2006.

XAXIM
histórias e memórias
SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
APRESENTAÇÃO	11

XAXIM PLURIÉTNICO

XAXIM INDÍGENA.....	17
XAXIM AFRODESCENDENTE.....	26
XAXIM CABOCLO.....	36
O CABOCLO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA E ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	39
XAXIM EURODESCENDENTE.....	46
A FAZENDA RODEIO BONITO E A EMPRESA COLONIZADORA LUNARDI S/A.....	55
XAXIM AFRO-LATINO-AMERICANO	65

XAXIM NOMES QUE O ANTECEDERAM

CHACHI, 1894	81
PASSO DE XAXIM, SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX	82
DISTRITO DE PAZ DE HERCÍLIO LUZ, 7 DE JANEIRO DE 1921.....	84
DISTRITO DE XAXIM, 13 DE FEVEREIRO DE 1929	85
VILA XAXIM, 31 DE MARÇO DE 1938.....	86

XAXIM, O MUNICÍPIO, 20 DE FEVEREIRO DE 1954	89
XAXIM, O TOPÔNIMO	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	99

Nesta obra, apresenta-se uma versão da história que permanece invisibilizada nos monumentos, nas placas de inauguração, nos logradouros e também nas salas de aula. Por que “também nas salas de aula”? Justamente pelo fato de que, comumente, o material didático disponível ao público escolar não conta a história de grupos vulnerabilizados pelo processo colonizador, especialmente no âmbito local e regional.

Indígenas foram perseguidos como “animais na paisagem”;¹ africanos e seus descendentes tiveram seus corpos comercializados – depois de uma diáspora forçada, houve muita resistência. Os caboclos de matriz indígena, africana, platina, europeia e outras, nos tempos da Guerra do Contestado (1912-1916), foram atacados, a ponto de reagirem e vivenciarem uma guerra que durou quatro anos. Essa guerra tinha como uma das perspectivas governamentais, a “limpeza do território”. Esses temas também se entrelaçam à história de Xaxim.

Atenta-se que a pauta dessa narrativa não foi planejada de antemão, não é resultado de uma pesquisa específica, embora os dados estejam embasados em fontes documentais, orais, visuais e bibliográficas, especialmente registradas na minha dissertação de mestrado e na minha tese de doutorado (Chitolina, 2008, 2022). Inicialmente, a constituição do texto é o resultado de um depoimento gravado, em virtude da celebração dos 67 anos da emancipação de Xaxim. Andressa Belottie do Nascimento Barella, jornalista da Rádio Vanguarda de Xaxim (Vang 95,5 FM), apresentava diariamente o programa “Vang Notícias”, que ia ao ar das 18h às 18h30. Este material foi composto, a partir das vinhetas apresentadas no referido programa de 14 a 20 de fevereiro de 2021,

¹ Expressão utiliza por Golin (2002).

dias que antecederam a data de 20 de fevereiro, aniversário de Xaxim. Entretanto, com o intuito de aperfeiçoamento e para referenciar as imagens, registram-se alterações no conteúdo original.

Ao longo do texto, utiliza-se o conceito “indígenas” com ressalva, porque tal denominação é o

[...] resultado de um mero erro náutico. O navegador italiano Cristóvão Colombo, em nome da Coroa Espanhola, empreendeu uma viagem em 1492 partindo da Espanha rumo às Índias, na época uma região da Ásia. [...] o apelido genérico de ‘índios’ ou ‘indígenas’ que até hoje conservam (Luciano, 2006, p. 29).

Então, “indígenas” é um termo genérico que se refere a diferentes grupos étnicos, detentores de culturas singulares.

Outro termo utilizado é “colonização”: conforme a ideia de Ironita Policarpo Machado (2019, p. 57), “O conceito [de] colonização pode ter diferentes significados em diferentes tempos e espacialidades. Colonizar está ligado à ideia de ocupar um lugar, trazendo uma cultura preexistente para ali se instalar”. Nessa obra, o termo “colonização” é empregado para designar a chegada dos eurodescendentes à região Oeste de Santa Catarina, especialmente após a Guerra do Contestado.

Para além dos termos “indígena” e “colonização”, os termos “etnia” e “identidade” são empregados. Segundo Kabengele Munanga (2003, p. 6), “uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”; por sua vez, “a identidade cultural se constrói com base na tomada de consciência das diferenças provindo das particularidades históricas, culturais, religiosas, sociais, regionais etc.” (Munanga, 2003, p. 8).

No que diz respeito ao termo “memória”, ele é empregado de acordo com as ideias de Maurice Halbwachs (1990). Segundo o autor, “cada memória

individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e esse ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo, e este lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (Halbwachs, 1990, p. 51). Ou seja, Halbwachs (1990) considera a memória social como resultado de uma construção coletiva, tendo em vista a intencionalidade e o lugar ocupado pelos narradores.

Em 1989, Michael Pollak, no texto “Memória, esquecimento, silêncio”, entre várias argumentações, escreveu que, além da memória oficial/nacional, existe a memória das minorias, dos excluídos, dos marginalizados, ou seja, as memórias subterrâneas opositoras à memória oficial/nacional. Esse entendimento está explícito neste livro. Lembrando que, não raro, as versões eurocêntricas omitem e invisibilizam as representações de grupos marginalizados.

Para além desses conceitos, informa-se que este livro está dividido em duas partes. Na primeira, intitulada “Xaxim Pluriétnico”, reflete-se sobre a diversidade étnica da população xaxinense, composta por indígenas, afrodescendentes, eurodescendentes, afro-latino-americanos, entre outros. Para tanto, utilizam-se fontes arqueológicas, bibliográficas, orais, visuais e documentais. Em conjunto, essas fontes contribuem para a construção de uma narrativa histórica sobre a ocupação humana no território, a escravidão, a colonização, a migração, as relações interétnicas, entre outros aspectos dos grupos que viveram (ou ainda vivem), no atual Oeste catarinense e em suas áreas adjacentes.

Na segunda parte, “Xaxim, nomes que o antecederam”, faz-se uma retrospectiva acerca dos vários topônimos que identificaram esse lugar. Segundo documentação oficial, no século XIX, o velho Xaxim integrava-se à antiga Fazenda Rodeio Bonito. Ao longo do tempo, Xaxim já foi batizado de Chachi, Passo de Xaxim, Distrito de Paz de Hercílio Luz, Distrito de Xaxim, Vila Xaxim e Xaxim.

Com base nas exposições desta obra, possivelmente professores, estudantes e outros públicos se sentirão conectados com a história do lugar onde vivem. Espera-se que as narrativas sobre os lugares e os acontecimentos próximos à realidade dos xaxinenses positivamente façam sentido para suas próprias vidas.

Deseja-se boa leitura a todos!

XAXIM PLURIÉTNICO

Valdirene Chitolina¹

Setenta e um anos (em 2025) – aniversário político-administrativo de Xaxim – é número irrisório para se pensar no tempo de vida das antigas populações que já viveram nesse lugar. Para a região Oeste de Santa Catarina, há sinais de pessoas que viviam próximos dos grandes rios – Uruguai e Chapecó – que marcam 11.700 anos: eram os caçadores-coletores que deixaram, como vestígios de sua passagem, instrumentos feitos de ossos, pedra, como as pontas de flechas “rabo de peixe” (Figura 1) (Loponte; Carbonera; Silvestre, 2015).

Figura 1 – Ponta de flecha estilo “rabo de peixe”



Fonte: Ceom/Unochapecó (2022).

Segundo o depoimento de Pedro Ignácio Schmitz:

Os caçadores-coletores, portadores da tradição Umbu, se abrigavam na beira do rio, onde levantariam uma choupana ou duas pequenas,

¹ Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (1992), com mestrado e doutorado em História pela Universidade de Passo Fundo, realizados em 2008 e 2022, respectivamente.

em que estariam morando, não permanentemente. Era um povo muito móvel que ia caçando, estabelecendo sua choupana de folhas e caçando ao redor dessa mata e não conheciam o cultivo das plantas. Não se sabe como eles sepultavam os mortos nos abrigos, não se sabe como era o esqueleto deles, nem a religião, nem os costumes. Deles apenas se conhece a tecnologia, os instrumentos que faziam, entre os quais predomina a ponta de flecha de pedra, mais algum machado de mão, alguns raspadores, é com isso, basicamente, que foi construída a tradição tecnológica Umbu. Como sobrou restos de alimentos, pode-se dizer o que eles comiam. Eles caçavam tudo o que se move, tanto veados, como antas, tatus, pescavam algum peixe; às vezes aparecia um pequeno anzol de osso, ou uma espinha de peixe (Schmitz, 2019).

A Figura 2 representa o modo de vida dos caçadores-coletores, corroborando com elementos referenciados por Schmitz (2019).

Figura 2 – Módulo expositivo representando o modo de vida dos caçadores-coletores



Fonte: Ceom/Unochapecó (2022).

Ainda pensando na região Oeste, próximo aos grandes rios, como o Uruguai e o Chapecó, os grupos Guarani, também deixaram seus vestígios: por exemplo, grandes potes cerâmicos que, além das funções domésticas, também poderiam ser utilizados para depositar seus mortos (Figura 3).

Figura 3 – Vista parcial da exposição “Como era antes?”, módulo expositivo sobre a produção cerâmica Guarani



Fonte: Ceom/Unochapecó (2022).

Porém, mirando o recorte espacial de Xaxim, que no dia 20 de fevereiro de 2025 celebra 71 anos de seu aniversário político-administrativo, o ano 1000 é muito significativo, já que os vestígios arqueológicos dos grupos indígenas, desse município, datam do século X.

Em 1969, Walter Fernando Piazza localizou sítios arqueológicos nas bordas da BR-282, próximo ao Posto do Cabo e, também, no interior. São lugares que abrigam fragmentos cerâmicos com uma decoração singular, feita dentro ou fora de cestos, enfeitada com a unha, com gravetos ou alisada; ele batizou essa decoração de “fase Xaxim”. Eram os grupos Jê do Sul, também chamados de Jê Meridionais (na atualidade, são os modernos Kaingang e Xokleng), que produziam esse tipo de cerâmica da fase Xaxim, e a sua forma de fabricar é chamada na Arqueologia de tradição Taquara-Itararé. Os caquinhos de cerâmica encontrados pelo professor Piazza (Figura 4) estão no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Santa Catarina (MARquE/UFSC), em Florianópolis.

Figura 4 – Walter Fernando Piazza, Florianópolis,
17 de outubro de 2008



Fonte: Cristina Maria da Silveira Piazza (2024).

As imagens, contempladas na Figura 5, retratam os fragmentos cerâmicos encontrados por Piazza nos sítios arqueológicos de Xaxim, abrigados atualmente no MARquE/UFSC.

Figura 5 – Fragmentos cerâmicos da tradição Taquara-Itaré



A) acabamento pinçado.

B) acabamento inciso.

C) acabamento liso.

Fonte: Luciane Zanenga/acervo MARquE/UFSC (2024).

A cultura, dessa gente Jê, era fantástica. Eles eram hábeis engenheiros, matemáticos, geólogos, ceramistas, agricultores e muito mais. Ocupavam vastos territórios, do Sul de São Paulo ao Norte do Rio Grande do Sul, além da província de Misiones na Argentina: 600 km de norte a sul, 600 km de leste a oeste (Figura 6). (Corteletti, 2016).

Figura 6 – Mapa localizando o território dos grupos Jê no Sul



Fonte: Corteletti (2020, ArqueoLive), redesenhado por Iunes Ferraz.

Em Urubici e noutros lugares do planalto catarinense, a fase Xaxim, devido a sua magnitude, foi e ainda está sendo estudada por diversos pesquisadores de Universidades de Hong Kong, França, Inglaterra, Argentina e do Brasil². O povo que habitava esse lugar era gente Jê; eram portadores da tradição cerâmica Taquara-Itararé, fase Xaxim.

Os Jê migraram do Brasil central, da região dos cerrados, por causa de grandes secas. Aqui no Sul, no início da ocupação, viviam em grandes aldeias circulares, os chamados sítios superficiais, depois passaram a viver

² Discurso fundamentado em Corteletti (2020).

em pequenas casas subterrâneas. Mais tarde, do ano 1100 a 1200 em diante, houve um grande aumento da população e apareceram novas estruturas: as casas subterrâneas gigantes, as praças de cerimônia com cremação e sem cremação (Corteletti, 2016).

Rafael Corteletti (2016) defende a hipótese de que todos os monumentos, como o Sítio Abreu e Garcia, de Campo Belo do Sul (SC), representado na Figura 7, apareceram próximos ao ano 1000, em virtude do aumento demográfico, da expansão da floresta de araucária e do aumento de alimento disponível. Além disso, houve o movimento dos Guaranis que habitavam as margens do rio Uruguai e estavam invadindo o território Jê (dos Kaingang/Xokleng). Essa ação provocou tensão nesses grupos e fez com que as lideranças se fortalecessem. A expressão material desse poder, dessas lideranças, seria a construção dos monumentos, para celebrar a memória e a morte das pessoas que morriam em combate com os Guaranis que estavam tentando invadir seu território (Corteletti, 2016).

Figura 7 – Sítio Abreu e Garcia, Campo Belo do Sul (SC)



Fonte: Rafael Corteletti (2020).

A partir de 1500, com o processo de conquista, empreendido pelos europeus na América, o modo de vida dos Jê Meridionais foi alterado. Suas terras ancestrais foram usurpadas, milhares foram dizimados, muitos tiveram o cativeiro e a escravidão como destino, outros tantos

foram aldeados, considerados, pelas monarquias, Igreja e povoadores, como seres sem alma.

Entretanto, muitos resistiram. E essa população indígena, atualmente chamada de Kaingang e Xokleng (os antigos Jê), mais os Guarani, fazem parte da coletividade xaxinense e de suas áreas adjacentes. Comumente, eles estão na praça, na frente dos mercados, na rodoviária, vendendo seus artesanatos e plantas medicinais, trabalhando nos frigoríficos, estudando na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), além de outros espaços urbanos. São populações, na maioria das vezes, vulnerabilizadas, em virtude desse passado doloroso. Por isso, as políticas públicas são tão importantes para atender as suas demandas. Denotando a presença indígena em Xaxim, a Figura 8 contempla três mulheres Kaingang, da Reserva Indígena de Guarita (setor Katiugriá), área de Redentora, Erval Seco e Tenente Portela, municípios do Rio Grande do Sul.

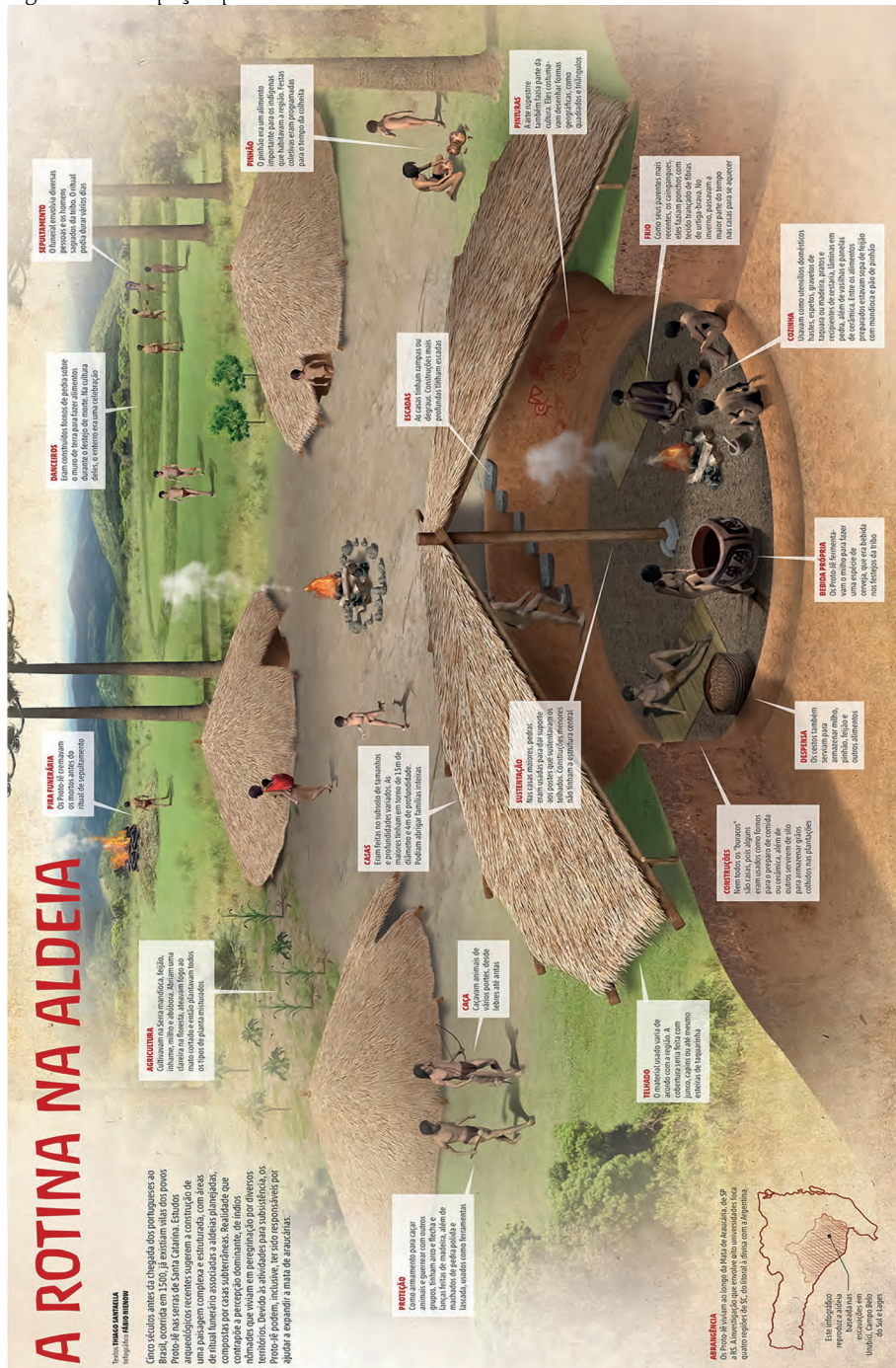
Figura 8 – Carmelinda Pinto, Martina Pinto e Iraci Minká Pedro



Fonte: Alvaro Burtet (proximidades da rodoviária de Xaxim, dez. 2022).

O encarte que segue foi feito por Fábio Nienow e, gentilmente, foi cedido para compor este material. Muitas das informações fundamentam o entendimento da ocupação pré-colonial de Xaxim, embora os sítios arqueológicos do município registrem algumas outras características, por serem a céu aberto. Entretanto, novas pesquisas poderão comprovar que os sítios xaxinenses, poderiam ser uma extensão de uma aldeia maior, localizada nas proximidades, como é o caso de “São Domingos e Ipuacu”, que abrigam vestígios de casas subterrâneas, mas essa é apenas uma hipótese que não foi comprovada (Caldarelli, 2011).

Figura 9 – Ocupação pré-colonial de Xaxim



Fonte: Fábio Nienow (2023).

XAXIM AFRODESCENDENTE

Valdirene Chitolina

Há, nesta parte do livro, diversos recortes, originalmente escritos na tese de doutorado (Chitolina, 2022), mas apesar do esforço para compor a narrativa, é preciso ter consciência das limitações acerca da história e da cultura afro-brasileira e africana em âmbito regional. Entretanto, considera-se a abordagem fundamental. Para tanto, tomam-se emprestados referenciais bibliográficos de autores que estudam a temática no século XIX, nos antigos Campos de Palmas (PR), lembrando que até 1916 (fim da Guerra do Contestado), essa área abrangia alguns municípios paranaenses e outros localizados no (atual) Oeste catarinense.

Utilizam-se, também, fontes visuais (Figura 10) e orais, compostas pelo depoimento de André Tomas, 43 anos, caminhoneiro, há três anos residente na cidade de Xaxim – anteriormente morava na Vila Diadema, antigo Jacu. Essa parte marca a pauta sobre a ancestralidade afro-brasileira em Xaxim, em um tempo mais antigo, diferentemente da imigração contemporânea, composta por senegaleses, haitianos, além de outras populações.

Figura 10 – André Tomas



Fonte: Alvaro Burtet (Xaxim, dez. 2022).

Ao se pensar na diversidade étnica no Oeste catarinense, requer-se que, ao reflexionar sobre o passado regional, os afro-brasileiros sejam visualizados de acordo com a relevância histórica a que têm direito. São direitos constitucionais, mas essa obrigatoriedade legal não significa que a totalidade das pessoas tenha atitudes antirracistas, indiscriminatórias. De acordo com Renilda Vicenzi e Bruno Picoli (2020, p. 35),

É preciso ensinar para os(as) nossos(as) filhos(as), nossos(as) alunos(as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.

Vicenzi e Picoli (2020) mencionam a necessidade de enfrentar, por meio da educação formal e familiar, as diferenças construídas na

cultura e nas relações de poder que, historicamente, remetem a negros, indígenas e outros com certa inferioridade e invisibilidade. Nesse mesmo sentido, Raquel Mombelli (2016), ao tratar das comunidades quilombolas em Santa Catarina, reflexiona sobre essa “inferioridade”, ao abordar a ideologia do branqueamento propagada no século XIX. A ideia de branquear o Brasil foi um projeto nacional que beneficiava a imigração europeia. Mombelli (2016) escreve que, na época, indígenas e negros (os nacionais) representavam raças “inferiores” e portadoras de “duvidosa natureza moral”; já a “raça” branca era considerada portadora de uma natureza inata para o trabalho no sistema de pequena propriedade. A política de promoção da vinda dos imigrantes europeus e a expedição da Lei de Terras de 1850 no país, tornaram-se os meios para assegurar um projeto à Nação, no qual “os nacionais não se encaixavam” e, dessa forma, não obtiveram a legalidade das suas terras de uso comum. A negação e o silenciamento das culturas afro-brasileira, africana e indígena na sala de aula são um efeito perverso, um reflexo, uma consequência dessa política discriminatória, das relações hierárquicas desiguais.

A autora segue escrevendo que, no Sul do Brasil, as origens das denominadas comunidades quilombolas ou dos agrupamentos negros nos espaços urbanos estão relacionadas a fatos ocorridos ao longo do Caminho das Tropas. Lembrando que, no século XIX, uma ramificação do Caminho das Tropas, a Estrada das Missões e/ou Estrada de Palmas cruzava por Passo do Xaxim, hoje Xaxim (D’Angelis, 2006). A autora ainda escreve que os campos de pouso para descanso do gado e dos tropeiros constituíram espaços oportunos para a conquista da liberdade desses africanos escravizados e seus descendentes. Alguns deles, deixados para trás ou por fuga, puderam construir uma vida de autonomia, constituindo famílias e, posteriormente, agregando outras unidades, dando origem a agrupamentos negros. Essa realidade histórica tem-

se transformado lentamente, sobretudo desde a Constituição de 1988 (Mombelli, 2016).

Para mirar o passado escravista, citado por Mombelli (2016), sobre os trabalhadores negros escravizados, no espaço geográfico desta pesquisa, tomam-se emprestados estudos que tratam do “Legado quilombola de Palmas e a sala de aula”, de Valdelirio Pinto do Nascimento e Ricardo Alexandre Ferreira (2011). Eles escrevem, baseados em entrevistas, que os primeiros afrodescendentes de Palmas, migraram do Rio Grande do Sul, nas Bandeiras dos fazendeiros Zacarias Corte e José Ferreira dos Santos. Além dos trabalhadores escravizados, também vieram libertos e escravizados fugidos da Revolução Farroupilha. Outros vieram com fazendeiros dos campos de Guarapuava, município ao qual Palmas pertencia à época. Há, ainda, relatos de que, após a Guerra do Paraguai, alguns escravos que nela lutaram, também teriam vindo para Palmas. Segundo depoimentos, os quilombolas de Palmas se formaram, inicialmente, de seis famílias: os Ferreiras, os Silvas, os Trindade, os Batistas, os Fortunato e os Santos (Nascimento; Ferreira, 2011).

Tomando como base o depoimento de André Tomas (2022), é possível fazer algumas conexões entre o relato do entrevistado e a exposição de Nascimento e Ferreira (2011), ao citarem o sobrenome “Batista” como uma das famílias quilombolas de Palmas. Sinaliza-se que seria necessária uma pesquisa mais aprofundada para conectar a ancestralidade afro-brasileira de André Tomas com o sobrenome “Batista” citado pelos autores. Entretanto, há elementos em comum porque o pai de André Tomas se chamava João Batista Tomas. Porém, o pai de João (vô de André) chamava-se Otávio de Branco Schneider. De acordo com André, “[...] na verdade o sobrenome ‘Batista’ é da minha finada vó, mãe do meu pai, porque foi ela que registrou e colocou Batista. Eu não sei o que aconteceu, mas o finado vô não quis registrar porque o sobrenome

dele seria ‘de Branco Schneider’, o vô era alemão, mas a minha vó era africana” (Tomas, 2022).

Há outro elemento, o geográfico, que também conecta a ancestralidade afro-brasileira de André Tomas aos antigos Campos de Palmas. Seus avós maternos – Maria Joana Pereira e João Emílio Pereira – viveram em Chopinzinho (PR), e essa área, no século XIX, pertencia à antiga Colônia Militar do Chopim, localizada nos antigos Campos de Palmas (Chopinzinho, 2022). Tomas (2022) expõe que:

Quem veio de Chopinzinho pra cá foram meus avós, João Emílio Pereira e Maria Joana Pereira. Eles vieram de Chopinzinho, ali ao redor de Palmas, a família deles era de lá, mas minha mãe já nasceu em Chapecó. No caso, pelo que minhas tias disseram os pais dos meus avós vieram tudo da África, eles eram tudo de lá, mas eu não sei dizer com clareza se eles viveram na escravidão, ninguém contava nada pra nós. Eu acredito que sim, porque a minha vó morreu com 104 anos, em 1992, então ela viveu esse período e os pais dela também.

Por dedução, com base no depoimento de André, há uma conexão direta da ancestralidade afro-brasileira do entrevistado, presenciada nos antigos Campos de Palmas, porque, no século XIX, seus parentes maternos viveram em Chopinzinho. No passado, em 1859, esse município foi a Colônia Militar do Chopim, criada pelo imperador Dom Pedro II. Naquele mesmo ano, o imperador também criou a Colônia Militar de Chapecó, só instalada 23 anos depois. A partir de 1920, a Empresa Colonizadora Lunardi S/A, responsável pela colonização de Xaxim, detinha 190 colônias de terras, localizadas na Colônia Militar de Chapecó (Chitolina, 2022). A Vila Diadema, antigo Jacu, local de residência dos familiares de André, integrava a antiga Colônia Militar de Chapecó. Os avós de André migraram de Chopinzinho para Chapecó e se estabeleceram no antigo Jacu. Sempre lembrando que, jurídico-administrativamente, o atual município de Xaxim, até 1954, pertencia a Chapecó, que até 1916, pertencia ao município de Palmas (PR). O

desmembramento ocorreu em 1917, depois da Guerra do Contestado, assim como de Joaçaba (antiga Cruzeiro), Mafra e Porto União. Logo, Xaxim já pertenceu, administrativamente, ao município de Palmas.

Outro detalhe perceptível na fala de André é o fato de que, em 1992, sua avó Maria Joana Pereira faleceu aos 104 anos de idade, logo, nasceu em 1888. Em 13 de maio de 1888, a escravidão foi abolida no Brasil. Ao que tudo indica, os avós ou os pais de Maria Joana viveram como trabalhadores escravizados ou libertos nos tempos da escravidão sul-brasileira.

No século XIX, no município de Palmas, nos tempos de cativeiro negro, Nascimento e Ferreira (2011) mostram que os escravos foram alocados, quase na totalidade, na atividade agropastoril: na construção de cercas; na limpeza e formação das pastagens; no cuidado, no trato e no transporte do gado; na construção e manutenção das instalações das benfeitorias das fazendas; nas construções de taipas de pedras; em pequenas roças de alimentos de subsistência; nos serviços domésticos da residência dos fazendeiros; e algumas mulheres cuidavam dos filhos e das pessoas idosas da família dos fazendeiros. Ruínas dessas taipas de pedra, além de uma casa grande dos tempos da escravidão em Palmas, estão localizadas no município de Passos Maia (SC), que, em linha reta, dista 50 km de Xaxim. No entanto, carecem de estudos em âmbito regional.

Outro olhar sobre o trabalho dos escravizados foi lançado por Maria Claudia de Oliveira Martins (2017), que estudou a escravidão na comarca de Palmas entre 1860 e 1900. A autora, baseada em inventários, notou que os afazeres dos homens eram característicos da pecuária: domador ou campeiro; enquanto a designação “roceiro” se reportava à agricultura, já no meio urbano, eram designados de “criados e jornaleiros”. Também havia cativas registradas como costureiras, cozinheiras, mas que provavelmente também exerciam atividades como mucamas, lavadeiras

ou cultivando pequenas roças da propriedade senhorial. De acordo com o que indicam os relatórios presidenciais da Província do Paraná (como o de 1882), à época, a maior parte dos cativos atuava e vivia no meio rural.

Por sua vez, José Lúcio da Silva Machado (2014) analisou documentos relacionados aos cativos entre 1859 e 1888. O autor constatou que os Campos de Palmas eram áreas de criação de gado, dependentes de trabalhadores escravizados. Nesses espaços, o cativo constituiu o núcleo da economia pastoril e da manutenção das estruturas domésticas. As profissões femininas registradas foram de cozinheira, doméstica, lavadeira, costeira e mucama. As profissões masculinas eram de campeiro, roçador (as mais destacadas), domador e outras distintas, como a de pedreiro, arreeiro, sapateiro.

Retomando o exposto por Nascimento e Ferreira (2011), baseados nos relatos de descendentes de escravizados, na maioria das fazendas, os escravos palmenses tiveram tratamento brando, em virtude da criação do gado e da necessidade de percorrer os campos acompanhando o gado, ou transportando o gado em tropas, trabalho que supõe certa responsabilidade e liberdade desse trabalhador; em algumas fazendas, todavia, foram maltratados e torturados, até o tronco era utilizado.

Sobre o espaço urbano, Martins (2017) escreve que o trabalho dos cativos se sobressaía nas atividades domésticas. Os escravos de ganho tiveram uma pequena participação naquela sociedade, contrariamente ao que ocorria nas maiores cidades. Segundo o Censo do Império, realizado em 1872, escravizados em Palmas correspondiam a 273 indivíduos (8,3%), da população total de 3.301 pessoas. Quanto à origem dos escravizados, os dados indicavam que 46 (16,9%) eram estrangeiros (25 homens e 21 mulheres), enquanto os demais (83,1%) foram descritos como “brasileiros”, a maior parte nascida em Palmas. Sobre o tamanho das escravarias de Palmas, Martins (2017) afirma que elas se mantiveram,

até a abolição, entre pequenas e médias. Havia os que dispunham de um único escravo para serviço doméstico e aqueles que se cercavam de mais de duas dezenas de cativos.

Ao tratar sobre as tensões e conquistas no cativoiro, Martins (2017) escreve que os escravizados, assim como noutros pontos do país, tinham aspirações de liberdade e, para tanto, buscavam melhores condições de vida e segurança, mesmo dentro de tal sistema de dominação. Almejavam espaços de autonomia no próprio cativoiro, sem dúvida; poder escolher o que plantar, seja para comer ou comercializar, ampliar as possibilidades de ir e vir ou mesmo ter a perspectiva de se relacionar com membros de outras escravarias, conferiam, aos escravizados, experiências que os aproximavam dos demais membros da sociedade. Essa era, também, uma das formas de os senhores garantirem a manutenção de suas escravarias, utilizando diferentes expedientes para alcançar seus objetivos, por meio de recompensas e negociações.

Para Martins (2017), ainda assim, há que se refletir: por que não há, entre os escravizados que viveram na região, indicação de fugas, mesmo em tempos de paz? A resposta pode estar nas negociações entre escravizadores e escravizados. Os espaços de autogoverno no cativoiro negro foram múltiplos e concretos. Negociados, concedidos, muitas vezes atenderam ao imperativo da sobrevivência e convivência pacífica entre todos: senhores, libertos, pessoas livres e escravos.

Em 1888, após a extinção do cativoiro negro, as fazendas locais obviamente continuaram necessitando de mão de obra. A imigração europeia foi mais tardia em Palmas do que noutras regiões do Sul do país. A chegada de uma quantidade relativamente pequena e lenta de imigrantes europeus preocupava o governo provincial. Dessa forma, sem a presença mais efetiva de imigrantes europeus naqueles primeiros anos pós-emancipação (ocorrida em 1879), restou tentar manter os que ali já

atuavam, buscando acordos e até formas menos justas de vinculação com os libertos e seus familiares, como a oferta de um lugar para morar, na condição de agregado (vinculação feita à custa da necessidade de ter um local para residir), ou a requisição judicial da tutela dos filhos menores das libertas (vinculação dos adultos, por meio da tomada de guarda de seus filhos) (Martins, 2017).

É importante destacar que o “Brasil escravista” não deixou magicamente de existir após a abolição; a escravização não mais era possível, mas os valores e princípios que norteavam a sociedade escravocrata se sobrepuseram à data. Um exemplo disso tem relação com a instrução escolar, algo distante para os ex-cativos que, a partir do decreto de 13 de maio de 1888, passaram a integrar o numeroso grupo dos “livres pobres” do Brasil (Martins, 2017).

Outra ressalva feita por Nascimento e Ferreira (2011) tem relação com os quilombolas palmenses que se tornaram proprietários de terras, por herança de antigos senhores ou aquisições particulares, mas acabaram perdendo grandes parcelas para os fazendeiros, ou para a municipalidade, pois as terras não estavam documentadas. Carine Xavier (2016) escreve que o quilombo de Palmas, assentado na região Centro-Sul do Paraná, sofreu inúmeras transformações que o levaram a uma subdivisão em três comunidades quilombolas: a Castorina Maria da Conceição; a Tobias Ferreira; e a Adelaide Maria Trindade Batista. Graças à Constituição de 1988, algumas de suas terras foram reconhecidas constitucionalmente (Mombelli, 2016; Xavier, 2016).

Mombelli (2016) ainda escreve que, para o senso comum, permaneceu aquela ideia de que “quilombo” seria toda habitação de negros fugidos, em parte despovoadas. Esse entendimento difere do conceito atual, que possui uma dimensão política e jurídica. Hoje, quilombo é compreendido como uma estratégia de organização socioterritorial,

construída para garantir a reprodução social em meio ao ambiente hostil e desumano da escravidão (que durou até 1888), do trabalho forçado que foi implantado posteriormente e do preconceito racial que persiste até os dias atuais (Xavier, 2016).

Neste texto, abordaram-se aspectos relacionados à ancestralidade afro-brasileira presente no município de Xaxim, com base no depoimento de André Tomas e referenciais bibliográficos. André narrou que seus avós maternos, João Emílio Pereira e Maria Joana Pereira, eram de Chopinzinho e migraram para o Jacu (atual Vila Diadema). Dessa forma, o elemento geográfico conecta a ancestralidade afro de André à área, que no passado, foi a antiga Colônia Militar do Chopim, mais tarde município de Chopinzinho, em 1955, desmembrado de Palmas. Logo, em Xaxim existem pessoas descendentes de trabalhadores escravizados nos antigos Campos de Palmas, além de outros lugares. Dessa forma, a cultura e a história de africanos e afro-brasileiros também compõem a identidade social de Xaxim. Conhecer o passado escravista sul-brasileiro, a partir da escala regional e local é importante para se fazer “justiça histórica” (Maestri, 2002, p. 216), para se escrever uma história digna da cidade de Xaxim e de seu entorno geográfico.

Valdirene Chitolina

Deixa-se para trás a seção, na qual se fez um tributo aos afrodescendentes de Xaxim que viveram nesse lugar num tempo mais antigo. Na parte que segue, a ocupação cabocla será homenageada, por meio da narrativa de Justino dos Santos Almeida (Chitolina, 2015). Nas primeiras décadas do século XX, ele foi tropeiro, com experiência no uso de cargueiros, Fiscal da Fazenda e inspetor geral da polícia no Distrito de Paz de Hercílio (atual Xaxim). Seu depoimento está registrado no livro “Velho Xaxim”. Trata-se de uma entrevista realizada em 1994, por Claudio Orso e Maria de Oliveira, na qual Almeida conta:

Aqui apenas passava cargueiros, não tinha condução nenhuma e nem carroça. O primeiro auto que apareceu por aqui foi em 1929. Eu era zelador de estrada e, quando o auto ia descendo, eu corri atrás de um pinheiro: tem que ser o diabo, porque é preto, de olhos brancos e grandes e eu encostei a lisadeira, eu alisava com dois cavalos a estrada para ir a Caxambu. Quando cheguei, eu perguntei a meu pai: ‘O que é aquilo de olhos brancos, fedido de pés craquentos que passou na estrada?’ Ele disse: ‘Eu não sei meu filho’. Minha mãe disse: ‘Vamos rezar à noite, pode ser o diabo. [...] e hoje não vou trabalhar’. O fiscal da estrada era o senhor Pedro Lemes, cruzou lá, eu não estava, veio lá em casa, e perguntou: ‘O seu Almeida, por que o senhor não foi trabalhar mais?’ Eu disse: ‘Sem saber o que é que passou por ali eu não vou trabalhar’. Ele deu uma risada e disse: ‘É uns alemão que passou’. Eu disse: ‘É um troço preto com olhos brancos viesse pro meu lado eu tinha que atirar, pois é mesmo de se assustar...’ [o fiscal] diz: ‘É um auto, um 29, uns alemão que vieram de Passo Fundo pra visitar uns em São Carlos mas não sei se eles chegam lá porque a estrada é ruim’. [Justino] ‘Quando ele voltá eu quero ver’. Até hoje lembro, eu na beira da estrada, eu tirei os animais fora da estrada e cruzou assim, estava aberto, estava erguido, eu olhei, tinha quatro dentro, há mesmo. Ele disse: ‘É tocado a gasolina’. Depois veio o caminhão [...]. Pra vocês verem, parava num paiol, ninguém tinha medo de ficar lá, era só se cuidá do tigre e de alguma cobra, mas hoje não dá para uma pessoa ficar sozinha em casa (Chitolina, 2015, p. 128).

Esse transcrito é ilustrativo de fatos que permearam o cotidiano do caboclo no Distrito de Paz de Hercílio Luz, nas primeiras décadas do século XX. Para o caboclo do interior, a chegada do automóvel representou uma barreira cultural de difícil assimilação. Ao ver o novo transporte, Justino sentiu-se acuado, medroso e escondeu-se para se proteger, fez orações e faltou ao trabalho. Até então, suas preocupações eram com os animais ferozes, com a colonização, com a modernidade. Porém, com o novo formato que estava se delineando na sociedade oestina, sentia-se inseguro, até mesmo, na sua própria casa (Chitolina, 2015). A Figura 11 registra uma imagem de Justino dos Santos Almeida (in memoriam), com seu filho no colo, moradores do antigo Jacu, atual Vila Diadema.

Figura 11 – Justino dos Santos Almeida, com seu filho, Luiz Felipe dos Santos de Almeida



Fonte: Luiz Felipe dos Santos de Almeida (Vila Diadema, 2000).

Segundo Dêlcio Marquetti e Juraci Brandalize Lopes da Silva (2016), o termo “caboclo” também designa a categoria de um dos habitantes das fronteiras do Sul do Brasil, que vive na região desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem europeia, sobretudo italianos, alemães e poloneses. Os caboclos começaram a aparecer na região quando iniciaram as incursões de portugueses e escravizados pelo interior do país, especialmente a partir do século XVIII, sendo fruto da miscigenação resultante do encontro entre brancos, especialmente portugueses (ou luso-brasileiros), negros escravizados ou libertos e indígenas.

No século XIX e principiar do século XX, no Oeste catarinense, os caboclos, além das lides ervateira e tropeira, praticavam a agricultura de subsistência, utilizando a técnica da coivara e ferramentas rudimentares para o trabalho. A terra, ocupada em caráter temporário, não lhes representava um bem imobiliário. A alimentação provinha da agricultura, pecuária, caça e coleta de frutas da época. As casas eram construídas em poucos dias, com o uso de recursos naturais. Praticavam o catolicismo em sincretismo com as religiões indígenas, africanas e europeias (comumente chamado de “catolicismo popular”), sem a intermediação direta de instituições clericais; a fé em São João Maria era muito importante, ele foi canonizado popularmente pelos caboclos. Além disso, tinham a expertise no preparo dos chás com plantas medicinais, associados aos benzimentos. Mantinham relações de compadrio que legitimavam a ajuda mútua, na prática dos puxirões (Chitolina, 2008).

O CABOCLO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL ENTRE O BRASIL E A ARGENTINA E ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA

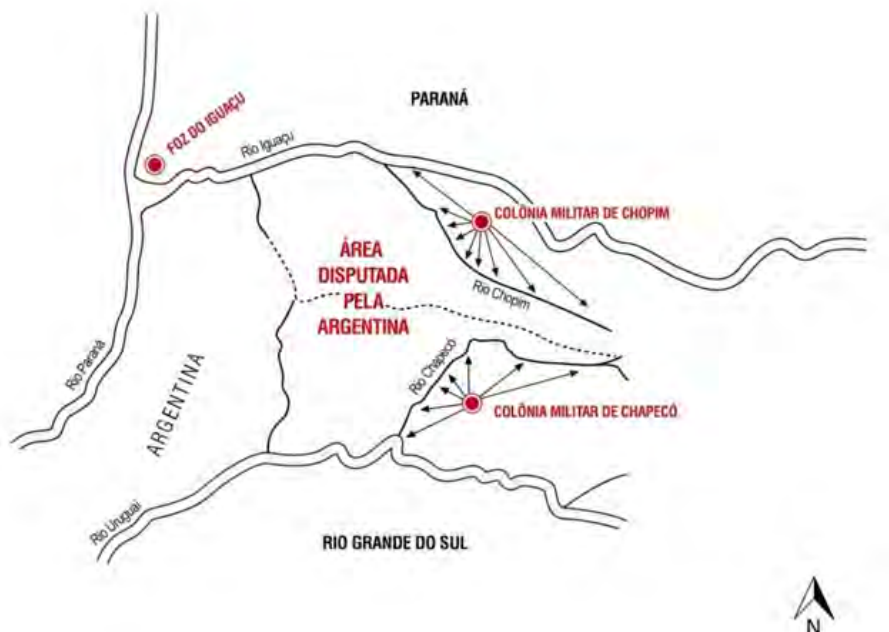
Valdirene Chitolina

No século XIX, na área da antiga Fazenda Rodeio Bonito (mais tarde, Velho Xaxim), havia 190 colônias de terras que integravam a Colônia Militar de Chapecó. Essa Colônia foi criada em virtude da “Questão de Palmas”, que tratava das fronteiras indefinidas entre Argentina e Brasil (no Oeste catarinense e paranaense); o governo imperial criou, em 1859, duas colônias militares, junto aos rios Chopim e Chapecó, na então província do Paraná, nos atuais municípios de Chopinzinho (PR) e Xanxerê (SC). Apesar de ter sido criada em 1859, a Colônia Militar de Chapecó só foi instalada em 1882, ou seja, 23 anos depois. Letícia Venson (2020) ressalta que a Colônia Militar do Chapecó “não tem relação com a cidade de Chapecó (1917), o nome da Colônia é referente ao rio que margeia esse núcleo militar, e sua sede se localizava onde hoje é o município de Xanxerê e abrangia os atuais municípios de Xaxim e Faxinal dos Guedes”. O atual município de Xaxim tinha 190 colônias de terras integradas a essa colônia militar (Chitolina, 2015).

Confome se lê no Decreto n.º 2.502 de 16 de novembro de 1859, “estas colonias são destinadas á defesa da fronteira, á protecção dos habitantes dos Campos de Palma, Erê, Xagú e Guarapuava, contra a incursão dos Índios, e a chamar os ditos índios, com auxílio da catechese à civilização” [sic] (Brasil, 1859). No tocante à formação da sociedade “civilizada”, “aqueles indígenas que haviam sido aldeados e que representavam um ‘estorvo’ foram contatados pelo governo provincial para incentivar outros indígenas a viverem pacificamente com a população branca recém-chegada que passou a ocupar as terras na

região” (Souza, 2011, p. 91). A Figura 12 contempla o mapa das Colônias Militares de Chopim e Chapecó.

Figura 12 – Mapa das Colônias Militares de Chopim e Chapecó



Fonte: Petroli (2018, p. 270).

Heinsfeld (2021) explica sobre a instalação da Colônia Militar de Chapecó:

[...] o então capitão José Bernardino Bormann foi encarregado de instalar a Colônia Militar de Chapecó, o que ocorreu em 14 de março de 1882. A colônia foi instalada às margens esquerda do rio Chapecó, portanto fora do território reivindicado pela Argentina, mas muito próximo, capaz de cumprir seu papel estratégico. Chegando com um destacamento militar, convidou os caboclos que habitavam a região para que se acomodassem no perímetro da colônia. Salienta-se que esta colônia militar foi a única no atual território de Santa Catarina que foi formada com famílias caboclas da própria região, sem a participação de imigrantes de origem europeia. Por caboclos se entende uma diversificação

étnica relativamente ampla, lembrando que os indígenas eram também enquadrados nesta categoria (Heinsfeld, 2021).

Segundo Venson (2020), em 1890, foi realizado um recenseamento na comarca de Palmas detalhando, especificamente, toda a população, principalmente das Colônias Militares. Nesse censo, os mestiços eram, o que hoje se chama de caboclos, e os caboclos eram de ascendência também indígena. Conforme escreve Heinsfeld (2021), o governo provincial/estadual via o indígena como um problema à formação de uma sociedade civilizada; e o mesmo governo procurou contar com a ajuda de indígenas considerados já civilizados para incentivar outros indígenas a viverem de forma pacífica com a população branca recém-chegada, que passou a ocupar as terras na região.

Esse olhar panorâmico, por meio de fontes bibliográficas sobre a instalação da Colônia Militar de Chapecó, corrobora o entendimento acerca do protagonismo indígena e caboclo na formação territorial e fronteiriça entre o Brasil e a Argentina. As colônias instaladas junto aos rios Chopim e Chapecó asseguravam a fronteira brasileira, em virtude da Questão de Palmas/Misiones e, também, objetivavam proteger os habitantes (não indígenas) que viviam no recorte geográfico estudado, além de catequizar os indígenas, para assim “civilizá-los”, conforme consta no decreto de sua instalação.

Na segunda década do século XX, os caboclos e os demais habitantes que viviam na área do atual município de Xaxim e seu entorno geográfico vivenciaram, entre 1912 e 1916, a Guerra do Contestado. Essa guerra ocorreu nas atuais regiões do Oeste, Planalto Norte de Santa Catarina e Sul do Paraná. O termo “contestado” é decorrente da questão de limites territoriais entre Paraná e Santa Catarina, conforme mapa registrado na Figura 13.

Figura 13 – Mapa do território contestado, delimitações de 1854 (SC) e 1855 (PR)



Fonte: Petroli (2018, p. 17).

Rogério Rosa Rodrigues (2008) mostra que havia uma disputa, uma contestação pela região rica em erva-mate, em campos e terra fértil para a agricultura. Essa disputa se prolongou por décadas, tendo consequências importantes após a Proclamação da República. Nesse período, em quase todo o Brasil, houve conflitos de limites; mas no Contestado existiu uma configuração diferenciada: em torno da tradição do monge João Maria, da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande e de elementos locais de conflito de terras.

Segundo Paulo Pinheiro Machado (2004), os efeitos provocados pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, na área contestada entre os Estados, promoveram uma política colonizatória favorável aos eurodescendentes, em detrimento das populações cabocla e indígena, que foram expulsas de suas terras e, vulneráveis, passaram a se concentrar nos redutos, que eram espaços fechados, de resistência. Nesses locais, o messianismo se fortaleceu, porque a população estava em crise e sua

identidade estava em choque; nesses locais, as memórias relacionadas a São João Maria se fortaleceram ao serem entrelaçadas à figura de José Maria, morto em 1912, no primeiro combate em Irani.

De acordo com Eloi Giovane Muchalovski (2020), em relação aos indígenas, a invisibilidade é muito patente na historiografia do Contestado, uma vez que, em momento concomitante ao desenrolar do conflito, vários grupos Kaingang e Xokleng se fizeram numerosamente presentes por todo o território, mas pouco são relatados nos livros, geralmente inseridos no grupo que se convencionou chamar de caboclos ou sertanejos. Por isso, é basilar pensar que formaram parcela relevante no movimento, lutando pela manutenção do seu espaço.

Heinsfeld (2021) justifica que foi necessário ocorrer uma tragédia social,

[...] com milhares de mortos, para que as elites políticas dos dois estados, com a intermediação da presidência da República, acertassem a pendenga territorial, estabelecendo a linha limítrofe entre Paraná e Santa Catarina. A guerra no Contestado pode ser considerada uma guerra de limpeza étnica. Após o término do conflito e o estabelecimento de limites entre os dois estados, começou um processo de reocupação do território, com uma política colonizatória através de colonos de origem europeia. Esta colonização que avançará em direção a oeste é fundamental para a partir do estabelecimento dos limites com o Paraná e com a Argentina formar as fronteiras de Santa Catarina, tanto internas quanto externas. Com a ocupação branca, capitalista, as fronteiras estariam guarnecidas e garantidas (Heinsfeld, 2021).

O “início e o fim” desse conflito se deram no âmbito político. Porém, no âmbito social, as “cicatrices” permanecem e são perceptíveis ao se observar que os últimos redutos, os que mais resistiram às forças militares estaduais e federais, detêm os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, conforme lembrou Rodrigues (2019). Em contrapartida, em outras áreas, a agroindústria

se sobressai como uma das maiores do país, ou seja, trata-se da política colonizatória “colhendo seus frutos” (Rodrigues, 2019).

Ao indígena e ao caboclo, foi negado o direito de humanidade. O Estado, representado pelos exércitos de Paraná, Santa Catarina, do Brasil, e apoiado pelo regimento de segurança da empresa colonizadora Brazil Railway Company, exercia controle sobre a mortalidade, ditava quem podia viver e quem devia morrer. A população pobre, em contrapartida, resistiu e criou guerrilhas que sucumbiram diante das forças desiguais.

Em 1916, “teve início o processo de concessão de terras públicas, terras indígenas e terras de caboclos para as empresas colonizadoras” (Brighenti, 2012, p. 80). Sendo que “a nova forma de presença na região, pela propriedade da terra, ignora a legitimidade da presença (no caso, também legal, pela Lei n.º 601/1850) e torna o indígena e o caboclo os intrusos – intrusos em suas próprias terras” (Brighenti, 2012, p. 83).

Não havia terras disponíveis para o perfil de agricultura praticado por “essa gente”, tanto que, terminado o conflito do Contestado, em 1916, a população cabocla sobrevivente não encontrou espaço, sendo oficialmente impedida de comprar terras. A Inspetoria Federal de Povoamento do Solo, órgão do Ministério de Agricultura, informou que não havia terras disponíveis, as colônias estavam organizadas para a recepção de imigrantes europeus (Brighenti, 2012).

Viu-se que o colonialismo imposto pela Brazil Railway Company, empresa responsável pela construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, e o apoio das elites, das colonizadoras, do governo catarinense, paranaense e brasileiro marginalizavam e massacravam a população pobre dessa região. As questões sociais ligadas à terra e à intervenção da companhia colonizadora responsável pela construção da ferrovia foram mais impactantes no planalto meridional do que as pendengas pelas questões de limites entre Santa Catarina e Paraná, que apenas potencializaram

o conflito e o nominaram de “Contestado”. A questão de limites, que deflagrou o conflito, também encerrou em outubro de 1916. No entanto, os acordos foram executados um ano depois, em 1917. “Dentre as primeiras medidas que o Estado catarinense adotou após a incorporação do território a oeste, esteve a criação de quatro municípios, em 25 de agosto de 1917, são eles: Porto União, Mafra, Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó” (Renk; Winckler, 2019, p. 18). Trinta e sete anos depois, em 1954, o Velho Xaxim desmembrou-se do Velho Chapecó.

Segundo Machado (2020), hoje, o caboclo é o homem do campo ou trabalhador urbano. Ele é aquele que tem uma relação própria com a natureza, que depende menos das máquinas, dos venenos, que tem uma relação de reciprocidade com os vizinhos, com a comunidade. Então, “caboclo” não é uma denominação racial, nem de um grupo étnico. Existem caboclos de todas as cores: caboclos negros, caboclos indígenas, caboclos mestiços, até alemães acaboclados, polacos acaboclados, também descendentes de imigrantes, e muitos adotaram um modo de vida caboclo. Assim, a melhor definição é seu modo de vida: ligado a um ritmo mais próximo da natureza, a uma economia mais solidária com a vizinhança, uma busca de fruição, uma forma própria de ver o mundo e a vida.

Valdirene Chitolina

Esta narrativa sobre os eurodescendentes baseia-se em pesquisas científicas realizadas na Universidade de Passo Fundo (UPF), especialmente na dissertação defendida em 2008, intitulada “Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga Fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)” (Chitolina, 2008), posteriormente publicada como o livro “Velho Xaxim”, e na tese defendida em 2022, Patrimônio e memória indígena nas escolas públicas do oeste catarinense (Chitolina, 2022). O texto aborda aspectos do modo de vida dos eurodescendentes nas primeiras décadas do século XX; a vida cotidiana mais recente não é contemplada.

O movimento migratório do Nordeste do Rio Grande do Sul para o Oeste catarinense, nas primeiras décadas do século XX, pode ser definido “como um esforço para remover disparidades econômicas, sociais e mesmo culturais [...]” (Nodari, 1999, p. 31-32). Essas motivações podem ser observadas nas lembranças do migrante ervateiro Olímpio Negri (1987), um dos protagonistas dessa história, que migrou em 1922 do Rio Grande do Sul para o distrito de Paz de Hercílio Luz, no interior de Chapecó: “Teve um tempo que nós tava em 33 na família, mas quando nós viemos de lá, viemos nuns quinze [...]. Nós tava bem lá, tinha tudo e o véio era daqueles que gostava muito de erva, nós trabalhava com erva lá também e ele achou que a família era grande, era melhor vim pra cá [...]” (Negri, 1987).

Na mesma época e para a mesma região, registra-se a descrição feita pelo migrante madeireiro Ângelo Sartori (1987): “Nós viemos para progredir [...]”. Em outro relato, o agricultor José Zanco que migrou em 1945, disse que era analfabeto e que sentia dificuldade para continuar

trabalhando no Rio Grande do Sul: “Tu vê eu não sabia lê e nem escrevê nada [...] Como vou à Porto Alegre se não sei lê nada, pego uma rua e vai aonde? [...] não! Eu vô pro mato, me arranquei pro mato” (Zanco, 2001).

Segundo Eunice Sueli Nodari (1999, p. 38): “os pressupostos que motivaram os deslocamentos migratórios foram a busca da manutenção e da melhoria do padrão sócio-econômico e cultural; mantendo a família unida devido à fartura de terras”. Além das terras novas, as riquezas naturais despertaram o interesse do migrante: “[...] a convite dos Lunardi, fomos conhecer os pinhais de Xaxim, nos agradamos, ganhando o direito de exploração” (Sartori, 1987). As novas áreas viabilizariam a reprodução social do migrante sul-rio-grandense em terras catarinenses.

Em *Migrações*, Renk (1999) escreve que a razão do deslocamento para o Oeste de Santa Catarina foi que no Rio Grande do Sul “não havia mais terras em abundância. O seu preço era muito alto. Para as famílias recém-constituídas, que quisessem ter terras, o caminho era buscá-las nas colônias novas” (Renk, 1999, p. 11). Milhares de pessoas migraram em direção ao Oeste catarinense, “o novo eldorado agrícola” (Giron; Bergamaschi, 2004, p. 177). A exemplo da família ítalo-brasileira, que em 1922 migrou para a antiga fazenda Rodeio Bonito (Figura 14).

Figura 14 – Família de Cândido Negri e Maria Oliboni Negri, filho mais velho Augusto, do meio Orélio e o caçula, no colo da mãe, Olímpio



Fonte: Acervo de Anita Negri. Xaxim (2023).

Nota: Atenta-se para os detalhes da prole numerosa, da mãe grávida, do distanciamento corporal entre o casal, da pouca diferença de idade entre as crianças, dos pés descalços, da gaita de oito baixos e do milharal. Guaporé – (1910).

Para Rovílio Costa (1976), na perspectiva do imigrante italiano, em primeiro lugar estava a terra para trabalhar e organizar a própria família. Os filhos homens, ao casarem, deveriam ter a sua terra. Muitas vezes era difícil comprá-la; então, dava-se ao filho uma parte da propriedade paterna, dando sequência ao retalhamento, que se transformava num minifúndio. A pequena gleba rural foi também um grande motivo da migração em busca de terras novas. As famílias partiam para outras áreas coloniais do próprio Rio Grande do Sul e, sobretudo, para o Oeste de Santa Catarina e do Paraná.

Na opinião de Olívio Manfroi (1975), o migrante italiano, sempre tentado pela miragem de novas terras, foi atraído para o Oeste pela fertilidade do solo. O colono abandonava o terreno esgotado pelas queimadas no ciclo de rotação empreendido no lote colonial de 22 ou 25 hectares. O desejo de mudar e o espírito de aventura foram causas determinantes dessa grande expansão. Porém, o autor enfatiza que essas foram causas secundárias, pois o grande motor de expansão foi o próprio sistema de colonização, associado a uma técnica primitiva de exploração do solo e ao extraordinário crescimento demográfico das antigas colônias.

O historiador Ismael Antônio Vannini (2003), que escreveu sobre a demografia da colonização italiana no Rio Grande do Sul, menciona sobre a importância para esse grupo étnico da manutenção da posse do lote de terra, que se tornara o grande ideal da comunidade rural, como ocorria, também, com colonos de outras origens. A terra era o objetivo, o meio e o fim da estratégia familiar do camponês colonial no Sul do Brasil.

Nas antigas colônias do Rio Grande do Sul, a taxa de natalidade das famílias italianas era elevada: uma família de 12 filhos era muito comum, e famílias de 18, 19 e 20 filhos não eram raras. Assim, a pequena propriedade desmatada, esgotada pela “técnica do fósforo”, não oferecia condições aos numerosos filhos do proprietário. Quando um filho casava, deixava a casa paterna e ia se estabelecer em outra parte. A herança consistia, na maioria dos casos, em um lote colonial, onde o novo casal recomeçava a mesma aventura da casa paterna. A rotação de terras do lote colonial tornou-se, pela ação do imigrante italiano e de seus descendentes, uma rotação de colônias nos territórios desertos do Rio Grande do Sul e do Oeste catarinense e paranaense (Manfroi, 1975).

Segundo José Carlos Radin (2004), foi expressiva a ocupação sul-rio-grandense em Santa Catarina, a partir das primeiras décadas do século XX. Dos 131.132 migrantes nascidos no Rio Grande do Sul, 76.394

estavam em Santa Catarina, representando 58% do total, a partir de 1940. Aproximadamente, 8.000 sul-rio-grandenses fixaram-se em Santa Catarina. Dos migrantes, 65% tinham entre 15 e 50 anos, ou seja, em pleno potencial para o trabalho. A Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul apresentava densidade demográfica de cerca de 28 habitantes por quilômetro quadrado, fato que forçava a divisão dos lotes, em face das limitações para atender às necessidades familiares. Assim, a migração aliviou possíveis tensões sociais nas antigas colônias sul-rio-grandenses.

Alguns elementos discutidos nesta seção visualizam-se na Figura 15 que contempla a família de Carlos Bergamaschi e Genoveva Morás Bergamaschi, que em 1939, partiram de Alfredo Chaves (atual Veranópolis-RS) para a Vila Xaxim.

Figura 15 – Família de Carlos Bergamaschi e Genoveva Morás Bergamaschi, em mudança de Alfredo Chaves (atual Veranópolis-RS) para Xaxim, 1939



Fonte: Giovani Gabriel (2024).

Os eurodescendentes que colonizaram a antiga Fazenda Rodeio Bonito, deixaram suas terras, suas casas e seus parentes em busca de um outro espaço para satisfazer as aspirações de uma vida melhor. Essa geração que atravessou o rio Uruguai em direção ao Oeste catarinense, em outro contexto, em outra época, viveram uma experiência idêntica a dos seus ascendentes europeus, que atravessaram o Oceano Atlântico: abandonaram a antiga pátria, movidos pelo desejo de encontrar, em outras terras, melhores oportunidades de trabalho, de sobrevivência e perspectivas de um futuro promissor (Chitolina, 2015). O rio Uruguai, elo/divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul e o Oceano Atlântico, que entrelaça a Europa e a América, foram, ao longo da história, cruzados por familiares da mesma árvore genealógica. Com raízes europeias, essa genealogia influenciou, sobremaneira, a cultura e a sociedade oestina (Chitolina, 2015).

Nas primeiras décadas do século XX, quando os migrantes sul-rio-grandenses chegaram à região Oeste, essas terras abrigavam, essencialmente, os caboclos, os remanescentes indígenas e os negros (quilombolas), na maioria dos casos, desconsiderados pelo Estado como proprietários, além de um número mais reduzido de eurodescendentes (Chitolina, 2022). Entretanto, as terras, por meio de contratos, foram concedidas ou vendidas pelo governo catarinense a empresas colonizadoras e a particulares. Em virtude das desapropriações “de terras e de vidas, caboclos, negros e mestiços se encontram e, pelas forças das circunstâncias, acabam se unindo e formando um grupo de pessoas que passam a habitar os fundos das glebas colonizadas, como peões, agregados, e até mesmo favelados” (Piovezana, 2017, p. 163).

Depois da Guerra do Contestado, Santa Catarina “não só apresentou um novo desenho cartográfico, incorporando parte dos Campos de Palmas, como um governo ávido em aumentar a densidade populacional nas novas terras, em transformar o ‘latifúndio improdutivo’

em pequena propriedade” (Renk; Winckler, 2019, p. 17). O Estado catarinense investiu na “migração para colonização, transformando o latifúndio em pequenas propriedades e deixando as despesas da infraestrutura necessária para a acolhida de moradores por conta das empresas colonizadoras” (Renk; Winckler, 2019, p. 17).

Essas empresas partiriam para a colonização controlada, explorando erva-mate, madeira, abrindo estradas de rodagem, demarcando lotes destinados à agricultura, à pecuária, ao comércio e à incipiente indústria, entre outras fontes de renda. O modo de vida indígena e caboclo foi alterado. Segundo Renilda Vicenzi e Bruno Picoli (2020), “o processo de colonização do oeste catarinense, no início do século XX, foi conduzido por famílias de agricultores, em sua maioria pobres, que adquiriram de companhias colonizadoras pequenas áreas de terra”. Além disso, predominavam, nessa região,

[...] propriedades rurais pequenas, em torno de dez hectares, que se sustentava razoavelmente uma família de quatro ou cinco pessoas. As colonizadoras utilizavam critérios étnicos para a distribuição de lotes de terras entre seus compradores, normalmente a primeira ou a segunda geração de descendentes de imigrantes europeus que se instalaram no Rio Grande do Sul, no século XIX. É possível afirmar que muito do discurso étnico tem relação com a necessidade de construir um amálgama entre os novos moradores (ou seja a germanidade ou a italianidade são invenções que tiveram lugar já nas colônias, o sentimento ‘nós’ e ‘eles’). Isso é claro, não significa que não se empreendeu violência contra as populações já estabelecidas nessa região, como os indígenas e os caboclos, muito pelo contrário (Vicenzi; Picoli, 2020).

No trecho, Vicenzi e Picoli (2020) se referem aos critérios étnicos na composição dos núcleos populacionais. Cita-se, como exemplo, o município de Xaxim, composto por mais de 80% de migrantes sul-rio-grandenses, descendentes de italianos, de credo católico que, especialmente entre 1920 e 1960, se deslocaram das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul para essa região. Os autores também enfatizam que,

no Oeste catarinense, a “nova” população migrada do Estado vizinho, logo empreendeu sentimentos de pertença, de afirmação da indetidade, de diferença cultural e social entre os estabelecidos (indígenas e caboclos).

Nas palavras de Arlene Renk, é possível vislumbrar alguns aspectos relacionados ao processo colonizador ocorrido no Oeste catarinense. O registro, a seguir, compõe o discurso proferido em 9 de agosto de 2017, na Unochapecó, em celebração ao centenário do município de Chapecó:

[...] a colonização quando foi implantada encontrou indígenas e caboclos. Inclusive a baronesa de Limeira comprou, além das terras, indígenas e caboclos que viviam nesse lugar. Depois aconteceram inúmeras atrocidades, como por exemplo, as expulsões, os estupro, os assassinatos. Porém, as colonizadoras desejavam os colonos do Rio Grande do Sul: alemães, austríacos, italianos e poloneses. Por quê? Pois eram vistos como ‘colmeias’, aqueles que colonizariam o ‘deserto do norte’. Muitos dos colonos que migravam para o oeste, não todos, mas muitos, vinham em busca da *cucanha*. Os italianos sabem muito bem o que é a *cucanha*: é a terra da felicidade, onde você não precisa trabalhar, onde há fartura (Renk, 2017).

A utopia da terra da *cuccagna*, mito medieval de terra da abundância sem trabalho, lembrado por Renk, “em muitas famílias encontrou limites; por outro lado, houve os que alcançaram grande desenvolvimento econômico” (Chitolina, 2015). Tais limitações vivenciadas pelos migrantes sul-rio-grandenses ou imigrantes vindos diretamente da Europa, aparecem no discurso de Renk, quando ela menciona que os migrantes, ao chegaram no Oeste de Santa Catarina,

[...] se depararam com inúmeras dificuldades e muitos queriam voltar, mas não tinham como voltar, por isso ficaram. E aí vem toda uma história da trajetória da colonização que enfatiza que viviam para trabalhar, que trabalharam, trabalharam muito, e se fizeram. Ou seja é um elogio à miséria dos primeiros anos, como se isso fosse uma virtude étnica: superar a miséria e conseguir ‘se fazer’, que é uma expressão muito usada, ‘vir sem nada e conseguir fazer’, ‘se fazer’ (Renk, 2017).

A visão, na qual o trabalho é visto como uma virtude étnica destinada aos europeus e seus descendentes, não é partilhada relativamente a outros grupos. Indígenas e caboclos, que tiveram suas terras ancestrais comercializadas, não teriam essas mesmas habilidades. Essa é uma visão preconceituosa que, em muitas situações, ainda se mantém na atualidade.

Nessa região de fronteira, sobre a historiografia regional, segundo Paulo Afonso Zarth (2016, p. 9), “os textos tradicionais sobre a história dos municípios originados do processo de colonização produziram a ideia de que tudo começou com a fundação das colônias, numa espécie de mito fundador”. E “[...] as histórias locais, geralmente, se dividem entre antes e depois da colonização. Ainda, que os povos indígenas e caboclos sejam mencionados, a fundação das colônias sempre aparece como ponto de inflexão na história e associada à ideologia do progresso e do pioneirismo” (Zarth, 2016, p. 10). Para que as histórias locais não sejam divididas entre o antes e o depois da “colonização”, é importante trazer à luz, a história dos diferentes grupos étnicos que viviam e/ou que vivem nesse lugar.

Para ampliar o conhecimento acerca da trajetória dos eurodescendentes no município de Xaxim, apresentam-se alguns aspectos históricos sobre a antiga Fazenda Rodeio Bonito e a Empresa Colonizadora Lunardi S/A.

A FAZENDA RODEIO BONITO E A EMPRESA COLONIZADORA LUNARDI S/A

Valdirene Chitolina

Segundo o Arquivo da Colonizadora Bertaso, no livro *Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura*, o Estado de Santa Catarina, em 1921, titulou, oficialmente, a área da Fazenda Rodeio Bonito à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., que ainda em 1920, negociou a fazenda com a Empresa Colonizadora Lunardi S/A. Esta pagou à Bertaso, Maia & Cia. que, por sua vez, pagou ao Estado. A subcolonizadora dos irmãos Lunardi vinculava-se à Bertaso, Maia & Cia., porque aquela comercializava os lotes e esta respondia ao Estado (ABC, 2002). Os empresários colonizadores da Fazenda Rodeio Bonito mantiveram estreita relação com os poderes públicos, ocupando cargos na elite política de Chapecó e sempre buscando melhorias na infraestrutura da gleba adquirida (Chitolina, 2015).

Segundo Piazza (1994), a Fazenda Rodeio Bonito ocupava uma área com 288.203.010 m² e não foi uma concessão atribuída pela Brazil Development Colonization Company. Eram terras devolutas concedidas pelo Estado de Santa Catarina à Bertaso, Maia & Cia., como forma de pagamento pela

[...] construção da estrada de Passo Goio-Ên a Passo dos Índios, efetuada pelo governo do Estado, a aludida concessão, a de 4 de outubro de 1921, que ainda em 1920 Ernesto F. Bertaso entregou aos irmãos Lunardi para colonizar e cujos limites são: ao sul e a oeste com a Fazenda Campina do Gregório e a leste com o rio Irani (Piazza, 1994, p. 258).

Sobre a estrada entre Passo do Goio-Ên e Passo dos Índios, Renilda Vicenzi (2002, p. 67) expõe que, “[...] em 12 de março de 1921, o governo de Santa Catarina contratou a firma Bertaso, Maia & Cia., para que executasse a estrada de rodagem que ligaria o Passo do Goio-Ên ao Passo dos Índios, no

município de Chapecó, com uma extensão de aproximadamente 30 km”. A Figura 16 mostra, na atualidade, um trecho do Goio-Ên, no rio Uruguai.

Figura 16 – Rio Uruguai, trecho do Goio-Ên, dez. 2022



Fonte: Edson Maciel de Souza (2024).

O título de concessões de terras da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura revela os hectares concedidos em 7 de outubro de 1921 por Hercílio Luz, vice-governador em exercício do Estado de Santa Catarina, à Bertaso, Maia & Cia.: a segunda área de terras, com 288.203.010 m² (28.820,30 há), entre os rios Chapecó e Irany, no município de Chapecó (ABC, 2002). Essa era a área da Fazenda Rodeio Bonito, que foi vendida à Empresa Colonizadora Lunardi S/A, subcolonizadora da Bertaso, Maia & Cia.

No relato de Piazza (1983, p. 538): “[...] vendas de grandes áreas, como a Rodeio Bonito aos irmãos Lunardi, e outras aos irmãos Pasquali, e a família Cella, foram efetuadas para enfrentar compromissos da compra das grandes fazendas, no início da colonização”. Situada ao sul de Passo

do Xaxim, a Fazenda Rodeio Bonito abrangia as linhas coloniais Lajeado Bonito, Lajeado Pilão de Pedra, Lajeado Cova Funda, Lajeado Pedro Ferreira, “A” e “B”; muitas linhas foram batizadas com nomes inspirados na geografia da região (Vicenzi, 2002, p. 67)³.

No final da década de 1930, a distribuição das povoações na região era a seguinte: na sede da Fazenda Rodeio Bonito, localizava-se o Distrito de Xaxim, com aproximadamente 60 casas e 300 habitantes; a sede da comarca de Chapecó estava instalada na Fazenda Campina do Gregório, com 125 casas e 600 habitantes. Quanto a transporte e comunicação, a Fazenda Campina do Gregório era servida pela estrada que ligava Goio-Ên e Passo dos Índios; a Fazenda Rodeio Bonito, pela estrada Passo dos Índios a Xanxerê; e a fazenda Chapecó, pelo rio Chapecó, em toda sua extensão (Vicenzi, 2002).

Ao abordar as propriedades com títulos de posse, Vicenzi (2002) destaca que, em 1933, na Fazenda Rodeio Bonito, administrada pela empresa Irmãos Lunardi, diversos ítalo-brasileiros já possuíam terras escrituradas. Entre eles, destacam-se: Irmãos Lunardi – 20.328,14 ha; Alexandre Rotava – 70,90 ha; Ângelo Peruzzo – 28,80 ha; Orelia Dalla Riva – 21,54 ha; Ângelo Cechetto – 23,43 ha; Albino Theodoro Dalmolin – 29,04 ha; Santo Batistela – 28,20 ha; Clemente Picinatto – 36,542 ha; Octávio Batistella – 47,92 ha; Agostinho Viviam – 31,46 ha, entre outros. Conforme mencionado anteriormente, dentro dos limites da concessão da Fazenda Rodeio Bonito, existiam 190 colônias de terras tituladas à antiga Colônia Militar de Chapecó.

A Fazenda Rodeio Bonito, antes de ser entregue pelo Estado à Bertaso Maia & Cia., pertencia aos herdeiros da baronesa de Limeira⁴.

3 A nomeação das linhas deu-se, sobretudo, a partir de opções da Colonizadora Bertaso. Familiares das famílias Maia e Bertaso foram homenageados.

4 Os herdeiros da baronesa de Limeira eram: Paulo de Souza Queiroz, Alice de Souza Queiroz de Barros, Paulina de Souza Queiroz, Sebastiana de Souza Queiroz, Genelicia de Aguiar e Barros, José Vicente de Queiroz, Francisca Miquelina de Souza Queiroz de Moraes, Vicente Carlos de França

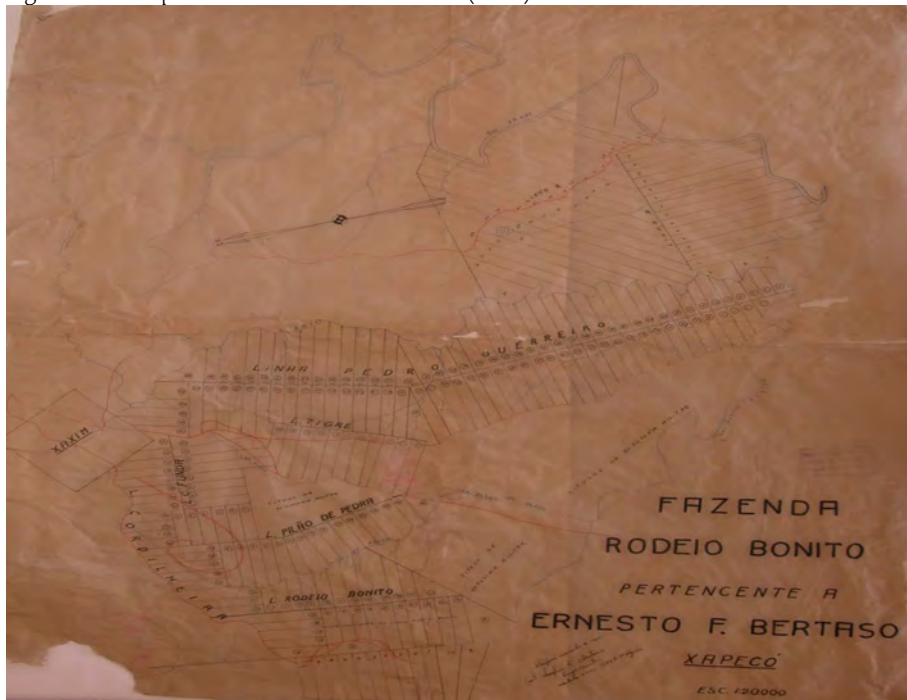
Ao falecer, o barão de Limeira deixara à mulher e aos herdeiros, além da fazenda citada, as Fazendas Barra Grande, Campina do Gregório, Sargento e Campo Grande. As Fazendas Rodeio Bonito, Chapecó e Campina do Gregório foram divididas para colonização (Piazza, 1983). A baronesa de Limeira chamava-se Francisca de Paula Souza Queiroz, casada com Luiz Vicente de Queiroz, o barão de Limeira, que foi vereador da Câmara de São Paulo. Muitas de suas propriedades, juntamente com outras áreas pertencentes às tradicionais famílias paulistas, deram origem a bairros e adjacências de São Paulo (São Paulo, 2007). A atuação política do barão de Limeira na província de São Paulo se deu no reinado de Dom Pedro II.

É preciso se atentar para o fato de que em 1853, o Paraná constituiu-se numa nova província, desmembrada de São Paulo. Ao sul, a jurisdição paranaense se estendia até o rio Uruguai. O velho Xaxim, desmembrado do velho Chapecó, antes de pertencer a Santa Catarina, era território do município de Palmas, que, por sua vez, havia pertencido à província de São Paulo (Alba, 2003). Salvo engano, a Fazenda Rodeio Bonito era propriedade da baronesa de Limeira desde o período no qual o atual Oeste de Santa Catarina pertencia à província paulista.

A Figura 17 representa a área da Fazenda Rodeio Bonito. Nele, apesar da baixa qualidade da imagem, percebe-se que a forma do lote era regular. De acordo com o documento de compra da fazenda, para medir a área, sempre que possível, aproveitavam-se as divisas naturais, principalmente os cursos d'água, traçando-se linhas retas ou picadas, que permitiam os contatos e a comercialização dos produtos pelas vias de circulação.

Carvalho, Theobaldo de Souza Queiroz e Carlos Leôncio de Carvalho (Piazza, 1983, p. 540).

Figura 17 – Mapa da Fazenda Rodeio Bonito (1920)



Fonte: Ceom/Unochapecó (2022).

A Empresa Colonizadora Lunardi S/A destinava-se “à exploração de compra e venda de terras, indústria de madeira, engenho e casa de comércio a varejo” (Bertaso, Maia & Cia., 1920). Essa empresa, assim como outras colonizadoras, atraiu migrantes sul-rio-grandenses, que atravessaram o rio Uruguai e passaram a viver no Oeste de Santa Catarina. Essas pessoas deixaram para trás as Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e, na região, construíram novos espaços. A terra, até então ocupada, majoritariamente, por indígenas, negros e caboclos, recebeu status de mercadoria.

Assim, muitos propósitos do Estado foram alcançados, entre eles “europeizar” a região, implantar o “progresso” aos moldes da agricultura familiar, reorganizar socialmente a região. Os migrantes, descendentes de europeus, segundo José Carlos Radin (2006), eram identificados

Em 1920, o local escolhido pelos proprietários da Lunardi S/A, para se estabelecerem na área adquirida, era conhecido como Passo do Xaxim e, em 7 de janeiro de 1921, foi elevado à categoria de Distrito de Paz de Hercílio Luz. O topônimo homenageia o vice-governador que, em 12 de março daquele mesmo ano, concedeu a Fazenda Rodeio Bonito para a Bertaso Maia & Cia, como forma de pagamento pela construção da estrada entre Passo dos Índios e Goio-Ên. Hercílio Luz expediu centenas de títulos de terras, inclusive, os destinados ao pagamento de estradas, com gigantescas áreas. Entre um desses títulos, estava o da Fazenda Rodeio Bonito, concedida pelo Estado à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., que em 1920, vendeu-a aos irmãos Lunardi (Chitolina, 2015).

A colonização da Fazenda Rodeio Bonito não foi um fato isolado na região Oeste. Vivia-se uma onda colonizadora, inaugurada informalmente em 1908, em razão da construção do trecho catarinense da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, mas potencializada em 1916, com a assinatura do acordo sobre a Questão do Contestado.

Nesta obra, como último tributo aos eurodescendentes, registram-se alguns depoimentos, mencionados no livro *Velho Xaxim*. Fazem menção a três migrantes sul-rio-grandenses que descreveram características dos espaços construídos nas novas terras da região Oeste, mais precisamente no Distrito de Xaxim.

O primeiro depoimento é de Erasmo Pagani, migrante sul-rio-grandense, que em 1931, se estabeleceu no Distrito de Xaxim. Ele contou que a privada era feita de madeira, o chuveiro era um latão com furinho em baixo, tipo regador, tinha uma torneirinha do lado. As residências atendiam diferentes funções, além das comodidades domésticas. Alguns espaços eram destinados ao comércio de produtos artesanais, importantes na economia rural (Paganini, 1989).

O segundo depoimento é de Casemira Zmijevski, que, em abril de 1944, migrou do Rio Grande do Sul para Lajeado Grande (SC). Ela contou que “[...] as casas aqui eram feitas de tábua lascada, a maioria delas com tábuas serradas a mão. Nem se falava em banheiro com água. Todos procuravam fazer suas casas perto da água. Água encanada nem se fala” (Zmijevski, 1989, p. 176).

Além dos relatos de Zmijevski (1989) e Paganini (1989), faz-se uma menção ao depoimento de Clementina Brandalise Carletti, que em 1949 migrou de Guaporé (RS) para o Distrito de Xaxim. Em suas lembranças, percebem-se algumas características do interior das moradias:

Nossa casa era simples, não tinha guarda-roupas. Nós botava uma forquilha de pau, duas forquilhas, pegava uma taquara grande e botava em cima dessa forquilha e depois a gente guardava a roupa, em cada quarto, não tinha cabide. A mesa era de pinheiro, abria as tábuas e botava no cavalete, um suporte de cada lado pra gente comer. Os colchões eram de palha e também de capim, se comprava o colchão de capim, os travesseiros eram de pena, usamos até hoje. Quando viemos lá de Alfredo Chaves pra cá, já tinha alguns móveis comprados, eram enfeitados de madeira, aqueles que estão lá na sala. Não eram como os de hoje (Carletti, 2007, p. 177).

Nas moradias construídas no Distrito de Xaxim, a energia elétrica chegou apenas no final da década de 1930. Casemira Zmijevski (1989, p. 176) lembra:

Nos primeiros tempos, ninguém conhecia luz elétrica, nem se falava nisso. A luz era de lampiãozinho. Depois de muito, começou a existir uma cetilena que era um caneco, cabo e tampo e por dentro, tem um tubo embutido aonde se coloca o carbureto e ao redor do caneco se coloca água e o gás sobe por um caninho arcado e na ponta tem uma meia-lua, com dois furinhos, onde sai o gás que aceso dá à luz. Depois de 20 anos tivemos a luz elétrica. [...] O senhor Francisco Barrone colocou uma turbina e passou a fornecer luz para as famílias que moravam na sede [de Lajeado Grande]. Ele acendia a luz ao anoitecer e apagava ou desligava as turbinas pela manhã, esta eletricidade servia só para a iluminação das casa, não se ligava nenhum aparelho.

De acordo com Paganini (1989, p. 176), no Distrito de Xaxim, “[...] a primeira luz elétrica foi quando o André Lunardi instalou aqui o frigorífico Diadema. A gente pagava uma taxa e eles cediam a luz até as dez horas da noite”. Em 1940, os benefícios da energia elétrica chegaram às residências, com o fornecimento de energia dos geradores do moinho Irmãos Lunardi S/A e do frigorífico Diadema, de André Lunardi & Cia. Por mais de 20 anos, os dois grupos forneceram a energia para vila de Xaxim.

Notou-se que, ensejando os objetivos do Estado e das companhias colonizadoras, a primitiva Fazenda Rodeio Bonito foi colonizada. Anteriormente, foi propriedade dos herdeiros da baronesa de Limeira, mas nas primeiras décadas do século XX fora considerada terra passível de colonização. Assim, foi concedida pelo Estado à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., como forma de pagamento pela construção da via carroçável entre Passo dos Índios e Goio-Ên, um percurso de 27 km.

Ernesto Bertaso, sócio da Bertaso, Maia & Cia., ainda em 1920 vendeu a Fazenda Rodeio Bonito, com uma área de 242.000.000 m², para Antônio, Glácomo João e Pedro Lunardi. Em razão dessa transação comercial, constituiu-se a Empresa Colonizadora Lunardi S/A que, em seguida, partiria para a colonização controlada, demarcando lotes destinados à agricultura familiar, à exploração da madeira e, em menor número, voltados ao comércio e à incipiente indústria. Os compradores eram de Guaporé, Veranópolis, Antônio Prado, Getúlio Vargas, Bela Vista, entre outros municípios no Rio Grande do Sul.

Os que saíram das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e migraram para a antiga Fazenda Rodeio Bonito depararam-se no percurso com singelas picadas, por onde se passava a pé, a cavalo ou em cargueiros. No curso dos anos, as antigas picadas foram transformadas em estradas carroçáveis e, mais tarde, em rodovias. Na década de 1940, as carroças

circulavam lado a lado com os caminhões e, em menor número, com ônibus, automóveis e outros meios de transporte.

Uma parcela dos migrantes sul-rio-grandenses na área da antiga Fazenda Rodeio Bonito explorou as matas e instalou dezenas de serrarias. A produção era exportada para a Argentina por balsas que navegavam pelo rio Uruguai. Em consequência do processo colonizador, além das madeireiras, surgiram as bodegas, os moinhos, os alambiques e os frigoríficos, que articulavam a produção familiar, viabilizando o comércio interno da região. No Oeste catarinense, o migrante reconstruiu novos espaços, de acordo com suas necessidades e condições.

Perceberam-se as inúmeras mudanças que a antiga Fazenda Rodeio Bonito vivenciou a partir de 1920, tais como a desestruturação do modo de viver do caboclo que, impotente, foi afastado das áreas que ocupava; a colonização da área por milhares de migrantes sul-rio-grandenses, os quais reconstruíram espaços nas novas terras; a exploração da flora regional; a formação de um campesinato voltado à agricultura familiar; a formação de uma elite política que ensinava participar do poder local e regional, objetivo coroado em 1954, pela emancipação jurídico-administrativa de Xaxim.

XAXIM AFRO-LATINO-AMERICANO

Lá e cá: haitianos em Xaxim, histórias de vida.

Vanessa Chitolina⁵

O objetivo desta reflexão é prestar um tributo aos imigrantes contemporâneos que vivem em Xaxim. Sabe-se que eles são de diferentes origens étnicas e nacionais (venezuelanos, senegaleses, dominicanos etc.), entretanto, os haitianos são a maioria. Então, para compor esta narrativa, apropria-se das memórias dos haitianos Charnel Noel e Marie Rosenie Annacacis.

Charnel é natural de Gonaives (Haiti), tem 29 anos; é pai do xaxinense Hdavi Noel (1 ano de idade); é casado com a Madeline Etienne, seu credo é protestante; há mais de 5 anos é funcionário no frigorífico Aurora Alimentos de Xaxim, na função de monitor de produção. Marie é natural de Jakmel (Haiti), tem 53 anos; é mãe de Roselande e Sherley Muscade; no Haiti era católica, no Brasil converteu-se a Testemunha de Jeová; é tradutora e recepcionista na assistência social de Xaxim; estudante de Pedagogia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – campus Chapecó; reside no Brasil há sete anos. As Figuras 19 e 20 contemplam, respectivamente, a família de Charnel e Marie.

⁵ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2025), mestra em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2023) e graduada em História pela mesma instituição (2021).

Figura 19 – Hdavi Noel, Charnel Noel e Madeline Etienne



Fonte: Noel (2022).

Figura 20 – Marie Rosenie Annacacis



Fonte: Alvaro Burtet (Xaxim, dez. 2022).

Charnele e Marie contam, por meio de entrevistas semiestruturadas, algumas histórias sobre suas vidas. O critério de escolha dos entrevistados se fundamentou no fato de residirem em Xaxim e serem proficientes na língua portuguesa. As experiências relatadas explicitam as causas

da diáspora, legado da violência colonial haitiana e de fatos políticos recentes, além das implicações na maneira de viver em terras distantes.

Esta seção, com algumas exceções, não se constitui numa reprodução das vinhetas apresentadas no programa “Vang Notícias”, e sim, em um conjunto de novas contribuições, advindas a partir do impulso gerado pela publicação deste livro. Pela força das circunstâncias, tem-se noção da necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre a temática.

Sabe-se que a esperança de uma vida melhor motiva as pessoas a deixarem para trás seu lugar de origem e buscarem, muitas vezes em terras distantes, um novo lugar para viver. Nessa diáspora, Xaxim é um endereço procurado por haitianos, senegaleses, nigerianos, venezuelanos e pessoas de outras nacionalidades. O município abriga milhares de imigrantes haitianos, os quais, a partir de 2012, iniciaram esse processo. Em Xaxim, apesar dos motivos de atração – como a possibilidade de receberem assistência médica, escolas gratuitas para as crianças e empregos que não exijam fluência plena da língua portuguesa –, muitas perspectivas não são correspondidas: há dificuldade para conseguir salários melhores, integração social, cursar universidades, retornar ao Haiti para visitar parentes e amigos, entre outras questões (Chitolina, 2015).

Sabe-se que, após o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, o Brasil passou a ser visto como um refúgio para muitos haitianos. As empresas brasileiras, visando aquecer a economia, ficaram interessadas na mão de obra haitiana, por isso, o governo brasileiro afrouxou os processos burocráticos na obtenção de vistos e documentos de trabalho para estrangeiros. Além disso, a presença de tropas militares brasileiras no Haiti, designadas para a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), acabou por aproximar os dois países, o que favoreceu a escolha do Brasil como o destino de muitos imigrantes haitianos (Pachi, 2019). Marie foi uma das pessoas que sofreu com as trágicas perdas

causadas pelo terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, e relata ter visto, no Brasil, uma oportunidade de reconstruir a sua casa, a sua vida. Quando questionada sobre o motivo de ter deixado o Haiti, inferiu:

Meu motivo é por causa do terremoto, perdi minha casa depois do terremoto, minha filha foi estudar na República Dominicana, foi fazer faculdade lá, e eu fiquei no Haiti. Como meu marido ficou longe da minha filha, ficou com saudade dela, conversei com meu marido: ‘vamos ver se eu posso ir no Brasil, para ver se nós conseguimos reconstruir nossa casa de novo’. [...] Meu marido ficou no Haiti, quando eu cheguei aqui no ano 2016 ele me falou: ‘vai primeiro’, depois ele viria, mas como ele tem um bom trabalho no Haiti, ele é secretário, ele falou: ‘quanto você ganha?’, eu contei para ele e ele falou: ‘não, eu não vou sair do Haiti para ganhar menos’. Infelizmente depois de um ano ele achou outra mulher, eu fico sozinha aqui e eu não tenho mais vontade de voltar, porque eu fico triste que ele tem outra. Eu estou sozinha aqui. (Annacacis, 2022).

Mesmo após os anos seguintes ao terremoto, imigrantes haitianos seguem buscando o Brasil pelos mais diversos motivos. Para Charnel, haitiano que mora no Brasil desde 2017, as principais causas da sua saída do Haiti foram a instabilidade política e a falta de acesso a recursos e serviços – em seu caso, a maior dificuldade relatada, foi a falta de oportunidade de estudar. Em sua percepção, o Haiti possui muitos recursos, porém, a negligência do poder público perante a população gera um quadro de vulnerabilidade social e torna a vida do povo haitiano muito difícil.

[...] a gente encontrava muita dificuldade, eu terminei de estudar, mas a gente não tinha condições de entrar na faculdade e eu queria ser médico, eu ainda quero. Eu fiquei pensando com meu pai, ele acabou definindo para mim o meu futuro, ele me disse: ‘filho, você tem muita vontade de aprender, mas as coisas são tão difíceis’, aí a gente decidiu, é, trouxe dinheiro, me ajudou comprar um visto na embaixada do Brasil no Haiti a princípio, comprei um visto, não estava tão caro, mas agora é bem caro, quase 3 mil dólares agora, só que eu encontrei um cara que tinha um parente lá dentro, um embaixador, ele conseguiu me ajudar a arrumar um visto por 260 dólares, comprei o visto, dinheiro diferente né, deixei um

dinheiro separado para comprar a passagem, cerca de 700 dólares. [...] não posso mentir, no Haiti, na verdade a gente tem tanto recurso para sobreviver até melhor do que aqui, mas é as condições né, as condições.... Não está faltando água, nada dessas coisas, temos todos os recursos, o que falta é a vontade do governo, falta governo. Estrangeiros podem até falar que é um país rico, mas só quem tem conhecimento pode usar esses recursos, tem tudo que a gente precisa, só que eles não deixam usar, por isso é ruim para nós e precisamos procurar uma vida melhor fora (Noel, 2022).

A crise política do Haiti é marcada por vários fatores atrelados às dificuldades herdadas do período colonial e resquícios de governos ditatoriais; porém, em um panorama recente, o assassinato do presidente Jovenel Moïse acentuou, ainda mais, a insegurança na população do Haiti. O governo de Moïse foi marcado por atos antidemocráticos e militarização do aparelho estatal, além de diversos e extravagantes esquemas de corrupção. Esses processos de destruição do aparelho estatal, seguidos de impunidade, abalaram a sociedade e desestabilizaram a economia, porém, o assassinato de Moïse deixou o contexto do Haiti ainda mais conturbado (Joseph, 2021). Ao fazer comparações entre a República Dominicana e o Haiti, Charnel relata:

O país deles está mais estável que o Haiti, tem segurança, eles conseguem emprego mais fácil que nós. No Haiti, depois do terremoto, os governos estão fazendo uma sacanagem, só olham para o próprio bolso, eles estão no Haiti manifestando, no ano passado assassinaram nosso presidente na própria residência, e agora piorou a situação do que estava antes, porque antes havia um presidente, e agora, o que fazer sem presidente? Está bem ruim. Nós escolhemos pelo voto, mas lá tem, em todos os países né, você me paga e eu voto para você, nem preciso saber o que você tem como sonho, o que você vai passar, o que você vai fazer... no nosso país é a lei do dinheiro ainda, eles usam o povo, eles só olham para o bolso deles, por isso o povo vem sofrendo. Se você como um líder entrar no meio de uma manifestação lá, tem que ter um segurança bom, senão você vai ficar, o problema não é o povo é o governo, estão vendo se acham uma solução, mas o povo está se manifestando agora (Noel, 2022).

Como se pode perceber pelo relato de Charnel, com a morte de Moïse, a sociedade civil se sentiu ainda mais vulnerável. Sem um sucessor à presidência e sem garantias de um processo eleitoral democrático e transparente, a população haitiana passou a temer pela sua segurança, já que sem a presença de um líder estatal, os índices de violência vêm crescendo exponencialmente ano após ano, o que intensificou e segue intensificando a tentativa de haitianos migrarem para o Brasil. Relata Marie:

O visto agora não se fala, não se consegue mais como antes, eu ganhei o visto porque tinha um amigo que fez para mim mais rapidinho, eu ganhei em 2016 e agora eu tenho um sobrinho que quer entrar porque o Haiti está horrível, horrível, não tem como viver, você ouviu que mataram o presidente? Faz um ano que mataram o presidente, não tem mais presidente, não colocaram outro presidente no lugar, ainda sem governo, imagina o que acontece? Agora tenho um sobrinho que todo dia manda mensagem para mim 'tia, não consigo mais ficar no Haiti', susto, susto, medo, medo, medo, ninguém consegue dormir. Tem um tipo de viagem que tem 'Haiti-Suriname', tem uma agência que organiza isso, precisa pagar 3 mil dólares, hoje eu falei para o Fran... ele está esperando que eu ajude ele com 200 ou 300 dólares, imagina 100 dólares aqui é 700 reais, como eu vou conseguir mandar ganhando um salário mínimo? Pagar aluguel, van para ir para faculdade, comer, pagar internet, energia?... eu sozinha, como? [...] eu não consigo e todo dia ele manda mensagem para mim (Annacacis, 2022).

A percepção romantizada e utópica de que encontrariam, no Brasil, um cenário economicamente favorável, fácil acesso à educação e empregos bem remunerados, também atraiu muitos haitianos. Essa impressão idealizada de um Brasil hospitaleiro e rico é acentuada de forma desproporcional à realidade pela mídia no exterior, especialmente pelas telenovelas brasileiras que são consumidas por toda a América, incluindo o Caribe. As novelas tendem a exibir somente regiões Centro-Urbanas, além de comumente abordarem narrativas da vida da elite brasileira, o que cria uma falsa expectativa, uma utopia, acerca do que os estrangeiros encontrarão ao chegarem no Brasil (Hamburger, 2011).

Meu sonho era ganhar mais, eu pensei que o Brasil era como nos Estados Unidos, que eu ia chegar e ganhar mais, eu falei para meu marido ‘vamos sair do Haiti’, mas olha o maior problema no Haiti realmente é a segurança, o maior problema aqui é a saudade dos filhos e financeiro, preciso de um pouco mais para me sustentar, eu não consegui realizar meus sonhos, meu marido está separado, perdi a casa, perdi tudo (Annacacis, 2022).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Brasil sofre com escassez de mão de obra no setor econômico secundário. Para o antropólogo Franck Seguy (2014), esse dado revela que a maioria avassaladora dos imigrantes está sendo alocada na construção civil e indústria, numa tentativa de suprir essa demanda. Em tal cenário, muitos haitianos com ensino superior acabam não conseguindo validar suas formações acadêmicas, tendo que atuar em trabalhos considerados precarizados ou distantes de suas áreas de formação, como é o caso de Marie.

Meu sonho aqui é, primeiro estudar, estudar e achar um trabalho melhor, por exemplo eu fiz minha faculdade em Inglês no Haiti, eu fiz meu Ensino Médio, mas perdi tudo no terremoto, diploma e tudo, quando eu cheguei aqui nem meu Ensino Médio eu consegui ganhar, cheguei aqui e fui no Cejax⁶ de novo para aprender português, mas já tinha meu Ensino Médio, tive que estudar tudo de novo, aí consegui o diploma do Cejax, tem matéria que não precisei fazer, que eu consegui passar, então agora eu tô fazendo faculdade na Universidade Federal da Fronteira Sul, é muito difícil para mim, muito difícil, é muito difícil, muito difícil para ler, eu faço Pedagogia, eu gosto muito, eu amo, mas eu estou lutando para ver se consigo, estou na 4ª fase (Annacacis, 2022).

A realidade da chegada ao Brasil é marcada por dificuldades e, não havendo um preparo do poder público para recebê-los, muitos haitianos acabam por depender do auxílio de organizações religiosas. Ainda, como cita Noel (2022), a maioria dos haitianos que vêm ao Brasil precisam

⁶ Centro de Educação de Jovens e Adultos – Cejax/Un. Xanxerê – campus Xaxim.

enviar dinheiro para as suas famílias: “não é nós todos, mas 99% de nós temos que mandar, porque a mesma dificuldade que nós estávamos passando, eles estão passando, temos que ajudar eles”. Sendo assim, muitos vivem com o mínimo possível, mantendo o custo de vida baixo para conseguirem ajudar seus familiares que permanecem no Haiti.

Outra questão evidente nos relatos de Marie e Charnel é a dificuldade de se adaptarem ao frio xaxinense; de acordo com Noel (2022), no Haiti, o clima é sempre quente. Os imigrantes sofrem com as baixas temperaturas e, também, para se acostumarem com o uso de vestimentas e cobertas pesadas.

Só vou dizer para vocês que não existe frio no Haiti, já dá para ter uma ideia né, você viver em um país que não existe frio, que tem praia e vem morar onde o frio é 90%, tem gente que eu já vi até chorando por causa do frio, mas eu sou homem né, daí tenho que carregar as coisas nas costas para aguentar a vida, é por isso que não chorei, fiquei aguentando, mas ninguém tá acostumado com o frio, já tem uma ideia. No Haiti não tem frio (Noel, 2022).

Outro fator impactante para Charnel, no Brasil, é o pagamento mensal do aluguel, visto que, de acordo com ele, o aluguel no Haiti é pago anualmente. Além disso, Noel relata que o custo de vida no Brasil se torna mais caro, pois no Haiti a prática de agricultura familiar é comum, o que permite que os vizinhos dividam e troquem o que cultivam, o que acaba por diminuir os gastos com alimentação. Ele evidencia, o seguinte, sobre moradia e gastos com despesas básicas:

[...] lá a gente paga o aluguel anualmente, aqui paga mensalmente, lá você paga num ano e só vai pagar de novo no ano que vem. E tem muitas coisas que lá no Haiti é grátis e aqui a gente tem que comprar, por exemplo se aqui precisa limão, você não tem um pátio tão grande né, para tu plantar, você vai ter que comprar no mercado, lá no Haiti quase 90%, cada um planta suas coisas, tem um sítio, coisas básicas nem se compra, e aí a gente troca com os vizinhos (Noel, 2022).

Apesar das dificuldades encontradas no Brasil, muitos haitianos seguem vindo para cá. No seu relato, Marie, sobre seu salário, afirma que, mesmo baixo, o ordenado permite que ela acesse mais serviços do que acessava no Haiti, com ênfase à educação e saúde pública. Os serviços públicos oferecidos no Haiti, de acordo com Marie, são destinados para pessoas em situação de miséria e não são valorizados pela população haitiana. Marie notou uma diferença em relação ao Brasil: morando aqui, percebeu que, apesar de existirem escolas particulares, crianças de todas as classes sociais frequentam o ensino público.

Eu trabalhava bem no Haiti, no meu trabalho eu ganhava bem, ganhava em dólar, eu ganhava 300 dólares todo o mês, só metade do tempo, das 8h às 12h, só Inglês na creche, ficava na sala do Infantil II. Trabalhava com canto, música, letras, linguagem, tudo..., mas, acontece que como o Haiti está em crise subiu muito o custo de vida, os 300 dólares, para mim aqui que ganho pouco, 1300 reais, vale mais que 300 dólares no Haiti, entendeu? Quanto a escola, a escola pública aqui é mais valorizada que no Haiti, o problema do Haiti é financeiro, toda escola lá ganha dinheiro, todo mundo lá tem escola e ganha, pagam muito para estudar. Só pobre, pobre, pobre, pobre que vai na escola pública lá. Pobre, pobre, pobreza, o mais pobre que vai à escola pública no Haiti (Annacacis, 2022).

Mais especificamente, tratando da vinda do Haiti para Santa Catarina, tanto Marie quanto Charnel relataram terem sido atraídos para o Estado, por conta das oportunidades de emprego na empresa Rafitec e no frigorífico Aurora Alimentos, respectivamente. Inicialmente, ambos vieram ao Brasil e se estabeleceram em cidades onde possuíam parentes; após se estabilizarem financeira e emocionalmente, mudaram-se para Xaxim ao serem informados sobre vagas de trabalho que não exigiam domínio da língua portuguesa (grande barreira a ser superada), cenário semelhante ao de muitos imigrantes que residem em Xaxim atualmente. Sobre sua vinda para Xaxim, Marie registra:

Vou te explicar, quando eu saí do Haiti, eu tenho um primo em

Cascavel, cheguei em Cascavel em julho, eu não esquecerei essa data, 2 de julho de 2016, saí do Haiti em 31 de junho, cheguei em Cascavel 2 de julho, porque de São Paulo para cá [Xaxim] e Haiti para São Paulo demora, demora uma noite, 9h saí do Haiti, 14h da tarde cheguei no Panamá, fiquei pausada, saí 21h da noite e cheguei em São Paulo 6h da manhã, fiquei com medo, susto, susto, fiquei a noite no avião, a noite no avião. Quando cheguei em Cascavel, fiquei 3 meses, tem uma empresa igual a Aurora, era o frigorífico Coopavel, eu fui lá mandar currículo, mas eu não conseguia falar português, ele [funcionário do RH] falou para mim: 'você tem algum familiar aqui?', eu não entendi, eu falei 'no', sem saber se era não ou sim, e meu primo estava lá! Mas eu não consegui entender, aí ele [funcionário do RH] falou para mim: 'volta daqui 3 meses'. Meu primo falou para mim: 'Ô, prima', eu fazia tudo para ele, limpava a casa, fazia comida para ele, 'fica em casa sem trabalhar e faz tudo pra mim', para ver se ele conseguia me ajudar, me sustentar, entendeu? E meu marido mandava dinheiro para mim, ele me ajudava se eu precisava comprar. Depois de 3 meses meu primo falou para mim 'Ô prima, eu não consigo sustentar você mais, acha um lugar para ficar', eu fiquei chorando, chorando, triste. Aí uma brasileira que chama Rose ela me ajudou, tem uma igreja no lugar, São Cristóvão o nome da igreja, e me ajudou, trouxe roupa, coberta e ajuda, tudo. Eu quero conversar com ela ainda, mas não consigo achar o número dela, ela me ajudou, ajudou, ajudou. Um dia eu falei para ela que eu ia mudar para cá, porque eu achei uma amiga aqui que vai fazer trança para ela, ela conversou com alguém aqui e falou 'pode vir, não tem problema de falar português para trabalhar aqui, pode vir'. Eu tinha medo de ir para um lugar que eu não tinha ninguém, ela falou 'pode vir'. Primeira casa que eu fui, tem uma casa perto de um prédio perto do [supermercado] Santa Marta, uma casa nova, é a primeira casa que cheguei em Xaxim, cheguei nesse ano, 3 meses depois fui trabalhar lá na Rafitec. É uma história muito difícil, no começo eu tinha mioma, começou hemorragia, fui conversar com a Lore [Lorenci Zambenedeti], Lore me levou no Dr. Jean Tissiani, fazer cirurgia, porque estava 6 gramas de sangue no útero, estava com anemia, fiquei 20 dias com hemorragia, tudo, quase morri, a Lore salvou minha vida, não consigo esquecer ela, sem família, Dr. Jean fez a cirurgia para mim de graça, no [hospital] Frei Bruno. Depois eu fui trabalhar na Aurora, mas eu sempre estudei, tinha uma professora que me ajudava muito, duas irmãs, Carine e esqueci o nome da outra, são gêmeas, ela sempre fica com ciúmes 'você sempre lembra o nome da Carine e não consegue lembrar o meu', elas me ajudam muito, me dão roupa, comida, dinheiro. Depois voltou o problema no seio, mas tudo certo, fui fazer cirurgia de novo com o Dr. Jean, fui tirar o caroço, parecido com mioma, estava com 3 cm, grande. O médico falou 'não precisa tirar', eu disse 'precisa, eu tenho medo', para não virar câncer, ela [a Lore] pagou para mim tudo... Depois veio o braço, clop, clop, clop, o tendão, inflamação,

aí a Aurora me mandou embora, eu continuei estudando, passei no Ensino Médio, fiquei 3 anos em casa, Lore sempre me ajudando, cada vez que precisava de uma tradutora ela me chamava e eu ia, traduzia de graça para ela, quando precisava no hospital, ela pediu para o secretário ‘contrata a Marie, porque precisa de tradutora’ depois eu consegui achar trabalho (Annacacis, 2022).

Ao observar as narrativas de Charnel e Marie, ficaram claras as “marcas de resistências” que ambos carregam. Nenhum desejava deixar para trás seus familiares, suas casas, seus empregos, suas comunidades, seu país. Entretanto, problemas políticos, econômicos e educacionais desencadearam a partida de seus locais de origem, cidade de Jakmel (Figura 21) no caso de Marie e a cidade de Gonaives (Figura 22) no caso de Charnel.

Figura 21 – Praia de Jakmel, no Haiti



Fonte: Annacacis (2022).

Figura 22 – Gonaives, no Haiti



Fonte: Noel (2022).

Quanto à saudade, ambos relatam sentir falta de seus familiares, amigos, cultura, dança e também da gastronomia regional do Haiti, principalmente o lalo, mistura de vários vegetais, como quiabo, caruru, feijão etc. e peixes do mar, alimento encontrado em abundância na ilha caribenha, porém, de difícil acesso no interior catarinense.

Ao concluir esta seção, registra-se que é sabido haver muitas pautas que carecem de estudos específicos sobre a imigração contemporânea em Xaxim, município receptor de imigrantes, o que causa muitas pressões. Citam-se, como exemplos, a constituição de novas identidades, a integração no ambiente escolar, casamentos interétnicos, as mudanças socioeconômicas, a moradia, a continuidade/descontinuidade nos padrões culturais, alimentares, religiosos, entre outros fatores. Passada uma década do início da imigração para Xaxim (desde 2012), como o governo municipal lidou/lida com as demandas dessa população? Quais foram as políticas públicas implementadas? Essas são algumas perguntas indicativas de caminhos a seguir para novas pesquisas.

As memórias de Charnel e Marie constituíram esta seção e sabe-se, segundo Halbwachs (1990, p. 51) que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Porém, esse ponto de vista pode mudar, de acordo com o papel social que cada pessoa ocupa na sociedade, com sua rede de relacionamentos e com os meios aos quais tem acesso.

Para findar esta parte, apresenta-se um trecho do poema “Não sei quantas almas tenho”, de Fernando Pessoa:

Não sei quantas almas tenho.
Cada momento mudei.
Continuamente me estranho.
Nunca me vi nem acabei.
De tanto ser, só tenho alma.
Quem tem alma não tem calma.

Quem vê é só o que vê,
Quem sente não é quem é,
Atento ao que sou e vejo,
Torno-me eles e não eu.
Cada meu sonho ou desejo
É do que nasce e não meu.
Sou minha própria paisagem;
Assisto à minha passagem,
Diverso, móbil e só,
Não sei sentir-me onde estou...

Algumas ideias do autor reportam às mudanças nos seus múltiplos “eus” e à sua constituição subjetiva como sujeito. No poema, notam-se as mudanças na sua forma de ser e de se ver o mundo: um ser incompleto, solitário, inquieto, dissociado, dividido. Nas palavras de Débora Cristina Costa (2016), “[...] esse também é o sujeito imigrante, é o estrangeiro [com seus sentimentos e lembranças ‘lá e cá’], enfim, somos todos nós [...]”.

XAXIM

NOMES QUE O ANTECEDERAM

Valdirene Chitolina

Segundo documentação oficial, no século XIX, o velho Xaxim integrava-se à antiga Fazenda Rodeio Bonito. Ao longo do tempo, Xaxim já foi batizado de Chachi, Passo de Xaxim, Distrito de Paz de Hercílio Luz, Distrito de Xaxim, Vila Xaxim e Xaxim. Nos trechos que seguem, far-se-á uma breve explanação acerca do topônimo Chachi.

Segundo D'Angelis (2006, p. 313), data de 1894 o “Mapa da Comarca de Palmas no Estado Brasileiro do Paraná; da Gobernacion Argentina de Misiones e de uma parte do Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul”, que reflete, sem dúvida, o conhecimento da região pela equipe de abertura da picada para a implantação da linha telegráfica entre “Palmas e Goyo-En, no início da década de 1890, dirigida pelo diretor da Colônia Militar de Chapecó, José Bernardino Bormann, juntamente com indígenas Kaingang”.

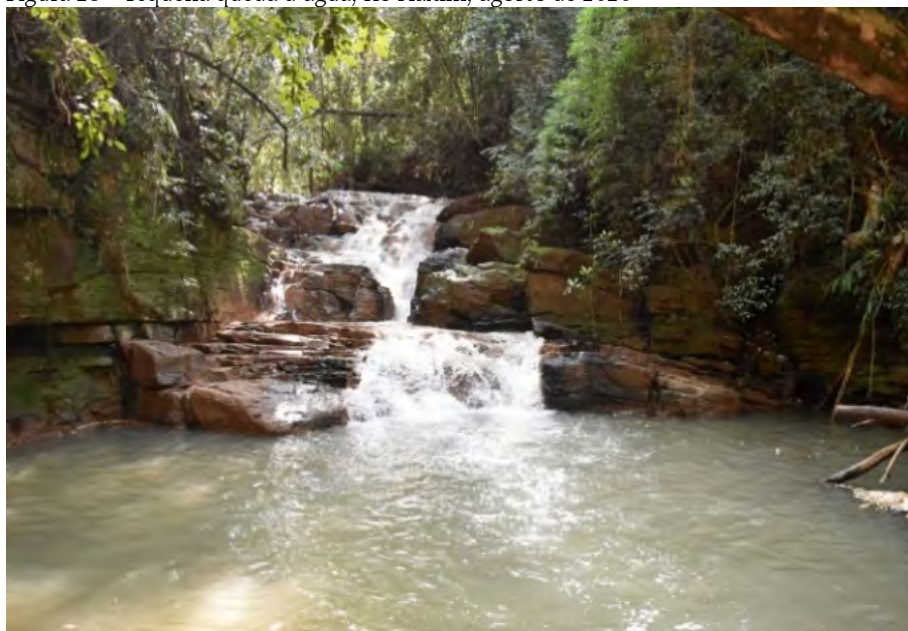
O autor descreve que, no mapa, estão assinaladas algumas das mais antigas ocupações brasileiras na região. Partindo de Boa Vista (atual Paraná), na rota da estrada para o Rio Grande, vê-se “Posto”, a oeste da referida estrada, que parece indicar a localização dos Kaingang; a leste da estrada, “João Carneiro”, fazendeiro. Segue-se a “Collectoria Velha Alipio”, à direita da estrada e ao norte do Chapecó; rio Chapecó; “Pinheironho”, a leste da estrada (talvez Pinhalzinho); “Formiga”, “Candinho”; “rio Chapecozinho”; “Barro Preto”; “Xanxerê” (Colônia Militar do Chapecó); “Jucu”; **“Chachi”**; “Tigre”; “Pilão de pedra”; “Rodeio Bonito”; “Alegria”; “Palmital” (onde está o rio homônimo); “Rodeio Chato” (sobre o Arroio do Ferreiro, que se refere ao Passo Ferreira); “São Sebastião do Passo Carneiro”; “Passo Goyo-En” e, de outro lado do rio Uruguay, “Nonohay”. Mais a oeste, na atual divisa com o Paraná, vê-se o “Campo Erê” (D'Angelis, 2006, p. 314, grifo nosso).

PASSO DE XAXIM, SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Valdirene Chitolina

Assim como Passo Fundo e Passo dos Índios, Xaxim também já agregou o termo “passo” em seu topônimo. Possivelmente, o batismo “Passo do Xaxim” tenha sido uma resposta ao fato de que os tropeiros passavam por um lugar que tinha, além de um riacho e pequenas quedas d’água, muito xaxim no seu entorno. Até o momento, as pesquisas indicam que o lugar se localiza no bairro Guarany, em direção à Linha Tigre, próximo à pequena queda d’água no rio Xaxim (Figura 23), rente a outra, que já desapareceu, mas que se localizava próxima ao Eco Parque de Xaxim (Figura 24).

Figura 23 – Pequena queda d’água, rio Xaxim, agosto de 2020



Fonte: Iunes Ferraz (2024).

Figura 24 – Eco Parque, bairro Guarany



Fonte: Beatriz Chitolina (2024).

DISTRITO DE PAZ DE HERCÍLIO LUZ, 7 DE JANEIRO DE 1921

Valdirene Chitolina

De acordo com Alvírio Silvestrin (2003), em 7 de janeiro de 1921, numa cerimônia simples, à qual compareceram os irmãos Lunardi, Luiz e Julio Lunardi e Wenceslau Breves, perante o Conselho Municipal de Chapecó (na atual Xanxerê), o superintendente, Coronel Manoel dos Santos Marinho, sancionou a lei que criou o Distrito de Paz de Hercílio Luz, com sede no povoado Passo do Xaxim (Silvestrin, 2003, p. 216). Na imagem que segue, é possível visualizar o povoado que se constituiu no Distrito de Paz de Hercílio Luz (Figura 25).

Figura 25 – Sede do Distrito de Paz de Hercílio Luz (meados de 1930)



Fonte: Casa da Cultura de Xaxim (2022).

DISTRITO DE XAXIM, 13 DE FEVEREIRO DE 1929

Valdirene Chitolina

O antigo núcleo caboclo de Passo do Xaxim, em 7 de janeiro de 1921, passou a se chamar Distrito de Paz de Hercílio Luz. Mais tarde, em 1929, sofreu alteração em sua denominação por causa da passagem, pelo vilarejo, do então presidente¹ Adolfo Konder, que percorreu mais de três mil quilômetros pelo Oeste de Santa Catarina, numa viagem intitulada “Bandeira Konder”. Em 13 de fevereiro de 1929, a Bandeira Konder passou pelo Distrito de Paz de Hercílio Luz. Conforme memórias orais, seus integrantes se hospedaram na residência de Luiz Lunardi, onde a comitiva governamental foi recepcionada com uma churrascada, ali pernoitando. No local, foram colocados muitos xaxins para decorar o ambiente, pois a população local sempre havia chamado o lugar de “Xaxim”, o nome Distrito de Paz de Hercílio Luz “não pegou”. Esse episódio levou, o então presidente Konder, a nominar, oficialmente, o lugar de “Distrito de Xaxim” (Chitolina, 2015).

¹ Cargo que correspondente ao de governador na atualidade.

VILA XAXIM, 31 DE MARÇO DE 1938

Valdirene Chitolina

O Distrito de Xaxim foi elevado à categoria de Vila no final da década de 1930, “[...] tomou o nome pela Lei estadual n.º 1.646, de 3 de outubro de 1929, sendo a sua sede elevada à vila pelo Decreto-Lei estadual n.º 86, de 31 de março de 1938” (Piazza, 1994, p. 318). Cinco anos depois da elevação da sede do Distrito de Xaxim à categoria de Vila, em 13 de setembro de 1943, no governo de Getúlio Vargas, ocorreram mudanças na organização político-administrativa no Oeste de Santa Catarina, e a região passou a fazer parte do Território do Iguaçu, que perdurou até 1946 (Chitolina, 2015, p. 250). A Figura 26 corrobora essa informação.

Figura 26 – Sede da Vila Xaxim (meados de 1940)



Fonte: Casa da Cultura de Xaxim (2022).

O Território do Iguaçu foi criado em 13 de setembro de 1943, juntamente com os territórios federais de Amapá, Rio Branco, Ponta-Porã e Guaporé, conforme determinação da Constituição de 1937, no Estado Novo. Limitava-se internamente com o território de Ponta-Porã e os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; fazia limites fronteiriços com a Argentina e o Paraguai. Desmembrado de áreas de Santa Catarina e Paraná, tinha como capital Iguaçu, atual Laranjeiras do Sul (PR). O território dividia-se em cinco municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Iguaçu, Manguaçu e Chapecó (Figura 27). Seu primeiro governador foi o coronel João Garcez do Nascimento, responsável pela nomeação de Serafim Bertaso, em 1944, para prefeito de Chapecó; o segundo governador militar foi o coronel Frederico Trotta (Lopes, 2002).

Figura 27 – Mapa do Brasil, com o extinto território do Iguaçu (1943 a 1946)



Fonte: Correio do Povo (2019).

O território do Iguaçu foi criado nos tempos da Segunda Guerra Mundial, quando essa região, também era habitada por imigrantes e migrantes de descendência europeia, especialmente italianos e alemães. A Itália e a Alemanha integravam os Países do Eixo, inimigos dos Aliados,

grupo do qual o Brasil fazia parte. O governo Vargas, dessa forma, poderia vigiar, controlar e nacionalizar um território que “representava perigo”. Os idiomas italiano e o alemão foram proibidos, e o português, disseminado (Nodari, 1999).

Para Heinsfeld (2021), a

[...] ‘Marcha para o Oeste’ foi um projeto geopolítico do Estado Novo varguista para a expansão do capital em direção às áreas onde ainda não tinha acontecido a irradiação e alcance do núcleo geohistórico brasileiro. Áreas onde a presença do Estado ainda não havia se concretizado. Dentro deste contexto foram criados territórios nacionais em regiões fronteiriças, para garantir a colonização e ocupação territorial, proporcionando condições para que o capital se reproduzisse também em áreas distantes. Desta forma, a criação do Território do Iguaçu cumpre este triplo papel: promove a ocupação demográfica (lembrando que sociedades indígenas não são consideradas como ocupantes do território nacional), proporciona a reprodução do capital e garante a defesa de regiões fronteiriças.

No excerto, Heinsfeld (2021) conclui que, em virtude da criação do Território do Iguaçu, o alcance da soberania nacional chegava até os limites com Argentina e Paraguai. Assim, a região compreendida por aquele território passava a fazer parte de forma coesa do todo chamado Brasil. Portanto,

[...] marchar ao oeste incorporaria integrar o corpo da nação ao seu sentimento máximo, o pertencimento a um único corpo, a um único elemento coeso, para qual definir sentimentos, criar alegorias e elevar os interesses da nação acima das particularidades, seria objetivo máximo do percurso a ser seguido (Heinsfeld, 2021).

Porém, para alcançar os objetivos almejados pelo Estado, o avanço colonizatório, em direção ao Oeste, iniciado havia décadas, era fundamental.

XAXIM, O MUNICÍPIO, 20 DE FEVEREIRO DE 1954

Valdirene Chitolina

Há 70 anos, em 20 de fevereiro de 1954, Xaxim se emancipou de Chapecó. Por sua vez, Chapecó, em 25 de agosto de 1917, havia se emancipado do município de Palmas (PR), após a Guerra do Contestado. Nota-se que o Oeste de Santa Catarina, política e administrativamente, cabia aos domínios do Paraná. Porém, antes de pertencer a esse recorte geográfico, coube aos domínios da capitania e depois da província de São Paulo. Isso justifica o fato de que a antiga Fazenda Rodeio Bonito, mais tarde dando origem ao “velho Xaxim”, pertencia aos herdeiros da Baronesa de Limeira. O Barão de Limeira foi vereador de São Paulo nos tempos do Império.

Depois da Lei de Terras, de 1850, a vasta região da antiga Fazenda Rodeio Bonito foi considerada terra devoluta, terra de “ninguém”, embora indígenas e caboclos vivessem nesse lugar; assim, o Estado obteve o direito de comercialização. Em 1920, os irmãos Lunardi compraram a Fazenda Rodeio Bonito, da Colonizadora Bertaso Maia & Cia., que havia recebido a fazenda como forma de pagamento pela construção de 27 km de estrada entre Passo dos Índios e Goio-Ên, durante o mandato de Hercílio Luz, vice-governador em exercício de Santa Catarina. Esse fato justifica o nome “Distrito de Paz de Hercílio Luz”, para o que hoje se reconhece como município de Xaxim (Figura 28).

Figura 28 – Cidade de Xaxim: observam-se o parreiral da empresa André Lunardi & Irmãos, o frigorífico Diadema, a igreja matriz em estilo neogótico, residências, estabelecimentos industriais e comerciais (década de 1950)



Fonte: Casa da Cultura de Xaxim (2021).

XAXIM, O TOPÔNIMO

Valdirene Chitolina

O sentido primitivo do topônimo “Xaxim” é de origem Tupi-Guarani, embora o grupo Jê Meridional, portador das tradições cerâmicas Taquara-Itararé, atuais Kaingang e Xokleng, tenha sido responsável pela ocupação pré-colonial do espaço geográfico de Xaxim, que fica num planalto. Então, o caráter descritivo do termo “xaxim” faz referência semântica à flora nativa, ao caule da samambaia – o xaxim – também chamado de “samambaiaçu” (Chitolina, 2016).

A praça “Frei Bruno”, em frente à matriz, e o estádio do “Guarany” foram assentados com xaxim. Essa samambaia, no passado, era encontrada em grande quantidade próxima a uma pequena queda d’água (Figuras 23 e 24), no bairro Guarany. Nesse local, ao que tudo indica, os tropeiros paravam com suas tropas para alimentar, dar água,

descansar, dormir, pois viajavam longas distâncias, da região das missões jesuíticas no Rio Grande do Sul até Sorocaba (SP). Por isso, os termos “Passo do Xaxim”, “Pouso do Xaxim”, pois eles dormiam nesse lugar.

A estrada que passava por Xaxim, descrita por D’Angelis (2006) no *“Mapa [de 1894] da Comarca de Palmas no Estado Brasileiro do Paraná; da Gobernacion Argentina de Misiones e de uma parte do Estado Brasileiro do Rio Grande do Sul”*, era uma via secundária, uma picada, que vinha do antigo Jacu, atual Vila Diadema, e seguia em direção à Linha Tigre; fazia parte dos Caminhos do Sul ou Caminho das Tropas. A Figura 29 demonstra algumas características do tropeirismo, que potencializou a formação do núcleo populacional de Chachi, Passo do Xaxim ou Pouso do Xaxim.

Figura 29 – Aquarela em papel, Jaguaru catu, 1827 de J. B. Debret, travessia do cânion e rio Jaguaruaíva²



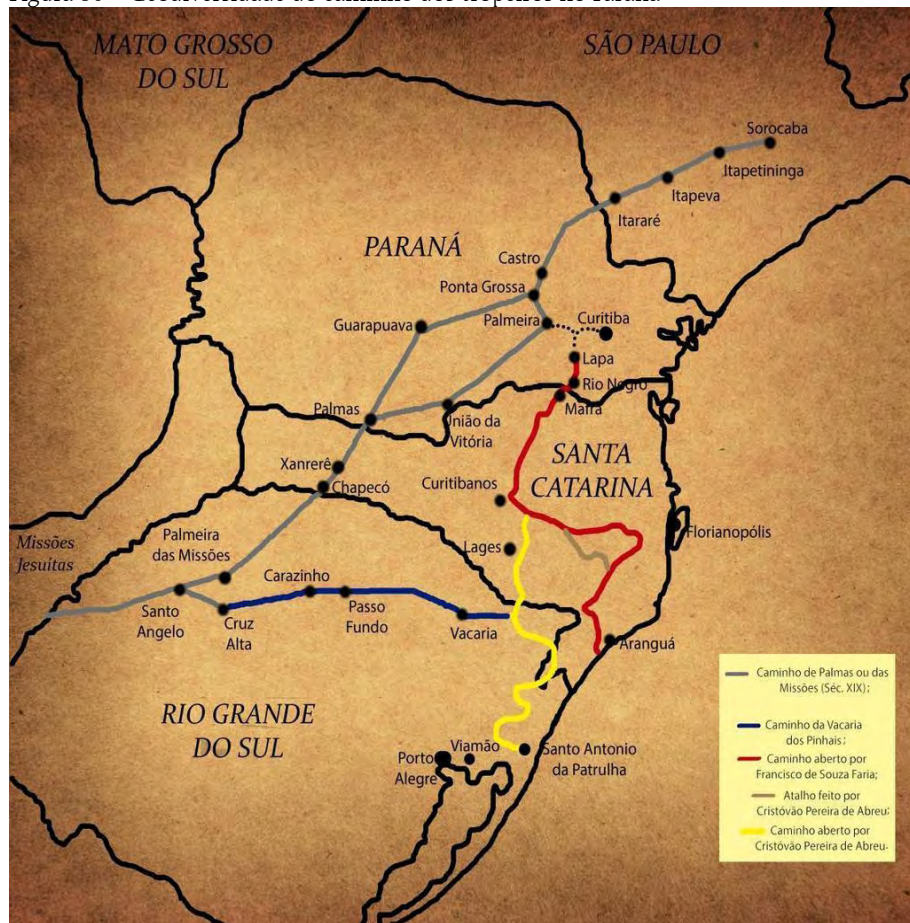
Fonte: Liccardo e Piekarz (2017, p. 12).

No Caminho das Tropas, também chamado de Caminhos do Sul, conduziam-se rebanhos de animais e de produtos, “[...] como o couro e o charque, dos campos de criação do Brasil meridional até a feira de

2 Saint Hilaire (1820) e Debret (1827) estiveram no Sul e descreveram minuciosamente a paisagem e a diversidade (Liccardo; Piekarz, 2017, p. 16).

Sorocaba, onde eram vendidos ou trocados por mercadorias como tecidos, roupas, aguardente, ferramentas, pólvora, chumbo e armas” (Bacellar, 2011, p. 91). Na Figura 30, a cor cinza representa o Caminho de Palmas, ou Caminho das Missões; essa era a via que cruzava por Chachi. O mapa mostra os “Caminhos do Sul”.

Figura 30 – Geodiversidade do caminho dos tropeiros no Paraná



Fonte: Liccardo e Piekarz (2017, p. 12).

Nesses Caminhos do Sul, que interligavam São Paulo a São Pedro do Rio Grande, são três as estradas citadas pela historiografia: Estrada de

Laguna, Caminho das Tropas e Estradas das Missões – as duas primeiras foram abertas no século XVIII, e a última, a partir de 1840. A Estrada das Missões era uma das ramificações do Caminho das Tropas. Existia um caminho principal que passava por Lages, Curitibanos, Rio Negro e seguia. Além desse caminho principal, existiam ramificações, ou seja, outras tantas estradas e picadas: Caminho de Viamão, Caminho da Vacaria, Caminho da Praia. Como mencionado, uma das ramificações dos Caminhos do Sul, construída no século XIX, é a Estrada das Missões, que passava pelos antigos Campos de Palmas “situados entre os rios Uruguai e Iguaçu, limitados a oeste pelos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, e a leste, pelos rios Chapecó e Jangada” (Machado, 2207, p. 55).

Brasil Pinheiro Machado (1963) indica o traçado do Caminho das Missões: São Borja, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, no rio Grande do Sul; Chapecó, em Santa Catarina; Palmas, Guarapuava, Imbituba, Tibagi, Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva, no Paraná; Itararé, Itapeva, Itapetinga, Sorocaba e São Paulo, em São Paulo³.

Para Francimar Petroli (2018), a Estrada das Missões não era um simples caminho alternativo. A documentação consultada em sua tese de doutorado indica que a construção da estrada, nas décadas de 1840 e 1850, foi vista como uma obra imprescindível, não apenas para o estabelecimento de uma nova rota comercial que ligaria Rio Grande do Sul e Sorocaba (SP): a Estrada das Missões, de acordo com os discursos oficiais, poderia possibilitar o controle do espaço situado entre os rios Iguaçu e Uruguai. Era, dessa forma, que a referida via representava um empreendimento estratégico – tanto para as províncias quanto para o Império –, ao domínio estatal dos vastos e ricos Campos de Palmas (Petroli, 2018). Lembrando que, à época, as fronteiras com a Argentina estavam indefinidas.

³ Na dissertação “A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: caminho das missões e estrada de Palmas”, Hélio Moreira apresenta diversos autores que, diferentemente de Pinheiro Machado, referenciam outras cidades para o mesmo caminho.

Na Estrada das Missões, no trecho entre os atuais municípios de Xanxerê e Chapecó, formou-se um lugar nominado nos mapas mais antigos como Chachi (D'Angelis, 2006, p. 313), mais tarde, Passo do Xaxim. Esse lugar, inicialmente era habitado por grupos indígenas Jê, portadores das tradições cerâmica Taquara-Itararé, fase Xaxim. Com o passar do tempo, outros indivíduos como os afrodescendentes, caboclos, eurodescendentes e outros, com aspectos culturais econômicos, sociais, religiosos tão diferentes, foram se estabelecendo.

Viu-se que a antiga Fazenda Rodeio Bonito compreendia, no passado, o velho Xaxim (Figura 31), atualmente desmembrado nos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Jupiá, Lajeado Grande, Marema e São Domingos; além de uma pequena parcela de Ipuacu, que pertencia a Marema, e uma parte de Cordilheira Alta, que há pouco tempo foi desmembrada de Xaxim. A Figura 32 apresenta um mapa contemporâneo do município.

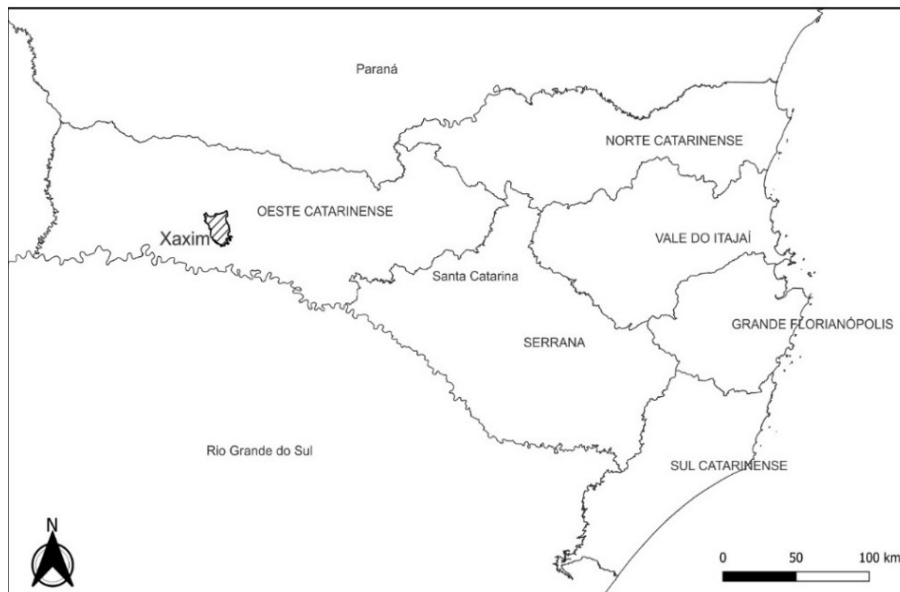
Figura 31 – Mapa localizando Xaxim em 1960, em Santa Catarina



Fonte: IBGE, elaborado por Leonardo Martins (2022).

Figura 32 – Mapa localizando Xaxim em 2022, em Santa Catarina

Localização do Município de Xaxim/SC



Fonte: IBGE, elaborado por Leonardo Martins (2022).

Finaliza-se este livro, que ao longo da narrativa procurou mostrar que tanto as pessoas que viveram como as que vivem em Xaxim, cada uma a seu tempo, por meio de memórias, constituem a história desse lugar. Histórias de luta, de resistência, de sobrevivência, de injustiças, de sonhos: alguns inalcançáveis; outros, de esperança.

Figura 33 – Vista do portal da cidade, avenida Plínio Arlindo de Nes, dezembro de 2024



Álvaro Burtet

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas páginas que se encerram, surgiram motivadas pela participação no programa “Vang Notícias”, apresentado por Andressa Belottie do Nascimento Barella, na Rádio Vang 95,5 FM, de Xaxim, como parte do “Projeto Xaxim, 67 anos” – embora sejam publicadas em 2025, na celebração dos 71 anos de Xaxim. Ao longo dos temas de cada trecho, foi possível reflexionar sobre as etnias existentes no município de Xaxim e seus legados. Também sobre a diversidade de topônimos que antecederam o nome do município de Xaxim.

Notou-se que há diferentes formas “de ser, de viver, de ocupar o espaço, de estar no mundo” (Wittmann, 2020). Essas diferenças são perceptíveis ao se estudar a ocupação indígena regional, composta pelos caçadores-coletores, os Jê Meridionais e os Guarani; os afrodescendentes, os caboclos; os migrantes sul-rio-grandenses de descendência europeia; os imigrantes afro-centro-americanos, entre outras populações.

Os depoimentos registrados, em conjunto com imagens, mapas, documentos e bibliografias, descortinaram algumas faces do passado de Xaxim e, assim, atribuem sentido ao presente. Notou-se que a história local não tem limites geográficos, pois não se isola da história regional, nacional ou global. Todavia, ela tem singularidades que a identificam e que possibilitam o diálogo entre as diversas áreas do saber. É esse o espírito que está por trás deste material que, sem dúvida, carece de mais fôlego, mas que objetivou mostrar aos xaxinenses que todos são protagonistas da história do lugar onde vivem.

Também mostrou que, originalmente, tanto os indígenas como os afros, os euros, além de outros, não nasceram no recorte espacial que atualmente é reconhecido como município de Xaxim. Em tempos diferentes, todos os ancestrais imigraram ou migraram para essa região.

Lembrando que imigrar, emigrar ou migrar é um direito humano, não pode nem deve ser reservado somente a alguns, como sabiamente afirma Deisy Ventura: “migrar, com todos os riscos que isto implica, explica-se simplesmente porque a busca de felicidade é inerente ao ser humano” (Ventura, 2014). Os deslocamentos impulsionaram e/ou impulsionam a melhorar as condições de vida.

ABC – Arquivo Colonizadora Bertaso. Livro: Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura. Ceom. Folha 188. *In*: VICENZI, Renilda. **Terra nova, vida nova:** a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

ABC – Arquivo Colonizadora Bertaso. **Título de Concessão de terras.** Registrado no livro da Diretoria de Terras, Colonização e Agricultura, folha 188, 7 out.1921.

ALBA, Rosa Salete. **Introdução ao estudo de Geografia de Santa Catarina.** Chapecó: Unochapecó, 2003.

ALMEIDA, Justino dos Santos. Entrevista concedida a Claudio Orso e Maria de Oliveira. Xaxim, 10 jan. 1994. *In*: CHITOLINA, Valdirene. **Velho Xaxim:** a colonização da antiga Fazenda Rodeio Bonito. 2. ed. Chapecó: Arcus, 2015.

ANNACACIS, Marie Rosenie. **Entrevista concedida a Vanessa Chitolina,** Xaxim, 27 jul. 2022.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba nos séculos XVIII e XIX). 1994. 315 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. *In*: ENCONTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRRJ/Unirio, 2011. v. 1, p. 91-109.

BERTASO, MAIA & CIA. **Contrato de venda.** Chapecó, 8 set. 1920. Acervo Rui Longhi.

BRASIL. **Decreto n.º 2502, de 16 de novembro de 1859.** Coleção de Leis do Império do Brasil, 1859, p. 578, v. 1, pt. II.

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. Povos indígenas em Santa Catarina. *In*: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe *et al.* (ed.). **Etnohistória, história indígena e educação:** contribuições ao debate. Porto Alegre: Pallotti, 2012. p. 37-65.

CALDARELLI, Solange B. Da arqueologia acadêmica à a arqueologia consultiva no oeste catarinense. *In*: CARBONERA, Mirian; SCHMITZ, Pedro Ignácio (org.). **Antes do oeste catarinense:** arqueologia dos povos indígenas. Chapecó: Argos, 2011.

CARLETTI, Clementina Brandalise. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Xaxim, 30 maio 2007.

CHITOLINA, Valdirene. **Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga Fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

CHITOLINA, Valdirene. **Memória e patrimônio indígena nas escolas do oeste catarinense**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2022.

CHITOLINA, Valdirene. **Velho Xaxim: a colonização da antiga Fazenda Rodeio Bonito**. 2. ed. Chapecó: Arcus, 2015.

CHITOLINA, Valdirene. **Xaxim Postal**. Chapecó: Arcus, 2016.

CHOPINZINHO. **Histórico**. Chopinzinho: Gabinete do Prefeito, 2022. Disponível em: <http://www.chopinzinho.pr.gov.br>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CORREIO DO POVO. **Mapa do Sul do Brasil com o extinto território do Iguçu**. 2019. Disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CORTELETTI, Rafael. **Arqueologia dos Povos Jê do Sul, com Rafael Cor-teletti**. 2020. (2h19min30s), #ArqueoLives. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qNd-LWg>. Acesso em: 5 fev. 2021.

CORTELETTI, Rafael. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Urubici, 16 set. 2016.

COSTA, Débora Cristina. **Constituição identitária no espaço entre-línguas: marcas discursivas em narrativas de imigrantes haitianos**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2016.

COSTA, Rovílio. **Antropologia visual da imigração italiana**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1976.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **20 anos de memórias e história no oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Unochapecó, 2006.

GIRON, Lorraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

GOLIN, Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HAMBURGER, Esther. **Telenovelas e interpretações do Brasil**. São Paulo: Revista Lua Nova, 2011.

HEINSFELD, Adelar. **Limites ocidentais de Santa Catarina**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por valdirenechitolina@yahoo.com.br, 23 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base cartográfica**. Brasília: IBGE, 2022.

JOSEPH, Handerson. Entenda os motivos históricos da crise política e econômica do Haiti. **Entrevista concedida a Pablo Marques**. Revista R7, (n.p), 2021.

LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil. **Geodiversidade do caminho dos tropeiros no estado do Paraná**. Curitiba: Estúdio Texto, 2017.

LOPES, Sergio. **O Território Federal do Iguaçu**: no contexto da nacionalização de fronteiras e da “Marcha para Oeste” do governo Vargas. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

LOPONTE, Daniel; CARBONERA, Mirian; SILVESTRE, Romina. Fishtail Projectile Points from South America: The Brazilian Record. **Archaeological Discovery**, v. 3, n. 3, p. 1-19, 2015. Disponível em: www.scirp.org/journal/ad <http://dx.doi.org/10.4236/ad.2015>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD: LACED/Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição à história agrária do Paraná. Formação da estrutura geral dos Campos Gerais. In: BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba: UFPR, 1963, v. 3.

MACHADO, Ironita A. Policarpo. Configurações e significados históricos e jurídicos da propriedade da terra no Brasil do século XIX e XX. In: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana (Orgs.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários**: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019.

MACHADO, José Lucio da Silva. **O sertão e o cativo**: escravidão e pastoreio. Os campos de Palmas – Paraná 1859-1888. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Guerra no Contestado**: cultura e resistência cabocla. Live no Facebook de Sérgio Scheffer. Chapecó e Florianópolis, 1º jul. 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912- 1916). Campinas: Unicamp, 2004.

MACHADO, Paulo Pinheiro. O sertão de Palmas: fronteira agro-pastoril e conflitos sociais. *In*: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA, 1., 2007, Montevideo. **Anales**, Montevideo: International Economic History Association – Universidad la Republica, 2007. v. 1. p. 53-68.

MAESTRI, Mário. **Deus é grande, o mato é maior!** História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2002.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975. p. 83-85.

MARQUETTI, Délcio; SILVA, Juraci Brandalize da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

MARTINS, Maria Claudia de Oliveira. **Fronteiras fluidas**: escravidão e liberdade na comarca de Palmas/PR (1860/1900). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2017.

MOMBELLI, Raquel. Comunidades quilombolas em Santa Catarina: resistência negra e luta pela terra. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (Orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016.

MUCHALOVSKI, Eeloi Giovane. Os povos Jê meridionais na aula de história: trajetórias e possibilidades. *In*: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6. **Ensino de História**: Etnicidades. Realizado por meio da plataforma www.simpohis2020.blogspot.com.br, e organizado em rede multiuniversitária (UNESPAR, UERJ, UPE e UFMS), 18 a 22 maio 2020, p. 22.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional

Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5 nov. 2003, p. 6. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content>. Acesso em: 23 fev. 2022.

NASCIMENTO, Valdelirio Pinto do; FERREIRA Ricardo Alexandre. **O legado quilombola de Palmas e a sala de aula**: uma proposta de intervenção pedagógica. Curitiba: SEE, 2011. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/a>. Acesso em: 14 jan. 2022.

NEGRI, Olímpio. **Entrevista concedida a Maria de Oliveira**. Xaxim, 16 ago. 1987.

NODARI, Eunice Sueli. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

NOEL, Charnel. **Entrevista concedida a Vanessa Chitolina**, Xaxim, 25 jul. 2022.

OLIVEIRA, Maria de. **Xaxim**: Conta sua História [S.n.t.].

PACHI, Priscilla. **A precarização da base da mundialização contemporânea**: a imigração haitiana na metrópole de São Paulo. USP: São Paulo, 2019.

PAGANINI, Erasmo. **Entrevista concedida a Maria de Oliveira**, Xaxim, 17 jul. 1989.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil**: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853-1889). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2018.

PETROLI, Francimar. **Caminhos do Sul**. [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <valdirenechitolina@yahoo.com.br>, 8 fev. 2021.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina**: sua história. Florianópolis: UFSC/ Lunardelli, 1983.

PIOVEZANA, Leonel *et al.* Indígenas em Chapecó: resistência centenária. In: CARBONERA, Mirian *et al.* (org.). **Chapecó 100 anos**: histórias plurais. Chapecó: Argos, 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RADIN, José Carlos. Aspectos da presença italiana em Santa Catarina. **História Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 116 - 130, jul. 2004.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro**: representação sobre a civilização do sertão. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

RENK, Arlene. **Centenário de Chapecó**. Palestra. Chapecó: Unochapecó, 9 ago. 2017.

RENK, Arlene. **Migrações**. Chapecó: Grifos, 1999.

RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana. Conformação agrária e a questão indígena no oeste de Santa Catarina. *In*: RENK, Arlene; WINCKLER, Silvana (org.). **Estado, configuração da terra e conflitos agrários**: norte do RS e oeste de SC. São Leopoldo: Oikos, 2019.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **História FM #007 – Guerra do Contestado**: guerra, terra e messianismo? Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistados: Paulo Pinheiro Machado e Rogério Rosa Rodrigues. Florianópolis: Leitura Obrigahistória, 29 jul. 2019. Podcast. Disponível em: <https://leituraobrigahistoria>. Acesso em: 26 ago. 2020.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Tese (Doutorado em História Social) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Centro de Estudos Jurídicos. **Negócios jurídicos**. Disponível em: portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/negocios_juridicos/pgm/cejur/0002. Acesso em: 12 nov. 2007.

SARTORI, Ângelo. **Entrevista concedida a Eduardo Lunardi e Lademir Dall Inha**. Chapecó, 12 fev. 1987.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. São Leopoldo, RS, 10 jul. 2019.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti**. Campinas: Unicamp, 2014.

SILVESTREIN, Alvírio. **Lunardi**: (Totari) uma história de Foza – Itália, Fagundes Varela-RS, Xaxim-SC. Chapecó: Cometa, 2003.

SOUZA, Almir Antonio de. De São Paulo, por Santa Catarina até São Pedro. Conflito e cativo indígena nos caminhos do Sul (1820-1831). In: ENCONTRO SUL-AMERICANO DE ESTUDOS AGRÁRIOS, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro: UFRRJ/UNIRIO, 2011. v. 1, p. 91-109.

TOMAS, André. **Entrevista concedida a Valdirene Chitolina**. Xaxim, 16 dez. 2022.

VANNINI, Ismael Antônio. **O sexo, o vinho e o diabo**: demografia e sexualidade na colonização no rio Grande do Sul – 1906 – 1970. Passo Fundo: UPE, 2003.

VENSON, Letícia. **“Donde se avista o caminho da roça”**: José Bernardino Bormann e a Colônia Militar do Xapecó. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.

VENTURA, Deisy. **Migrar é um direito humano**. 2014. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/33594/migrar+e+>. Acesso em: 11 set. 2022.

VICENZI, Renilda. **Terra nova, vida nova**: a colonização Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense. 1920-1950. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

VICENZI, Renilda; PICOLI, Bruno. Uma cidade branca: desafios para uma educação étnico-racial. In: SIMPÓSIO ELETRÔNICO INTERNACIONAL DE ENSINO DE HISTÓRIA, 6. **Ensino de História: Etnicidades**. Realizado por meio da plataforma www.simpohis2020.blogspot.com.br, e organizado em rede multiuniversitária (UNESPAR, UERJ, UPE e UFMS), 18-22 maio 2020. In: BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação Antirracista**: Caminhos abertos pela Lei Federal 10639/03. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Ensino%20de%20Hist%C3%B3ria%20e%20Etnic>. Acesso em: 13 jan. 2021.

WITTMANN, Luisa Tombini. Indígenas, lutas e resistências: retomadas originárias. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 15., 24 jul. 2020, Passo Fundo. **Mesa Redonda VII**. Disponível em: <https://aovivo.integra.tv.br/webinar>. Acesso em: 30 jul. 2020.

XAVIER, Carine Rossane Piassetta. **Narrativas quilombolas**: saberes e teatralidade de mulheres idosas da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas, PR. 2016. 293 f. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

ZANCO, José. **Entrevista concedida a Rosangela Zanco Fontana**. Xaxim, 18 nov. 2001.

ZARTH, Paulo Afonso. Fronteira Sul: história e historiografia. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 09-24.

ZMIJEVSKI, Casemira. **Entrevista concedida a Maria de Oliveira**. Distrito de Lajeado Grande, Xaxim, 29 nov. 1989.